República de Moçambique

Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE IBO
PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Edição 2014

Índice

Lista de quadros

Lista de figuras

Prefácio

Com 800 mil km2 de superfície e uma população de 25 milhões de habitantes, Moçambique enfrenta exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efetivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Assim sendo, o Distrito é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Contribuir para avaliar o potencial distrital, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação da versão actualizada dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando para cada distrito, no período que medeia 2009 a 2012 – a avaliação possível do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos de que este produto apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.

Efetivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de administração distrital ajustados às prioridades da região e ao quadro de desconcentração de competências de afectação de recursos públicos; e
- dotado de processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível local e central, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura e o Ministério para Coordenação da Acção Ambiental. A todos os intervenientes e, em particular, aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução.

Ao PNUD e outros Doadores que, por via do Projecto de Descentralização e Desenvolvimento Local, apoiaram esta iniciativa, o nosso encarecido reconhecimento.

A finalizar, referir que estas publicações inserem-se no esforço continuado do Ministério da Administração Estatal através da sua Direcção Nacional de Administração Local, autora dos Perfis Distritais, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que façam chegar directamente a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Junho de 2014.

Carmelita Namashulua

Ministra da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

APEs	Agentes Polivalentes Elementares
BCI	Banco Comercial e de Investimentos
BIM	Banco Internacional de Moçambique
CDPRM	Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique
CENACARTA	Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
CGRN	Comité de gestão de recursos naturais
CISM	Centro de Investigação em Saúde da Malária
CL's	Conselhos Locais
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
COVs	Crianças Órfãs e Vulneráveis
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
DPOPH	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação
DPPF	Direcção Provincial do Plano e Finanças
DPS	Direcção Provincial de Saúde
DTS	Doença de Transmissão Sexual
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
EN1	Estrada Nacional nº 1
EP1	Ensino Primário do 1º Grau
EP2	Ensino Primário do 2º Grau

EPC	Escola Primária Completa
ESG1	Ensino Secundário Geral do 1º ciclo
ESG2	Ensino Secundário Geral do 2º ciclo
ET	Ensino Técnico
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
GD	Governo Distrital
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
IFP	Instituto de Formação de Professores
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC's	Instituições de participação e consulta comunitária
ITS's	Infecções de Transmissão Sexual
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
MAE	Ministério da Administração Estatal
Mcel	Moçambique Celular
MF	Ministério das Finanças
MINAG	Ministério da Agricultura
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
ONGs	Organizações Não Governamentais
ORAM	Organização de Ajuda Mútua
PA	Posto Administrativo
PARPA	Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPFD	Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
PQG	Programa Quinquenal do Governo

PRM	Polícia da República de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água
SD	Secretaria Distrital
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SIFAP	Sistema de Formação em Administração Pública
STV	Soico Televisão
TDM	Telecomunicações de Moçambique
VODACOM	Operadora de telefonia móvel

MOÇAMBIQUE
Província de Cabo Delgado
Mapa de Localização do Distrito de Ibo

38°0' 39°0' 40°0' 41°0'

TANZANIA
NIASSA
NAMPULA
CANAL DE MOÇAMBIQUE

QUIONGA, PALMA, MUIDINE, PUNDANHAR, OLUMBI, NANGADE, N'GAPA, NEGOMANO, MOCÍMBOA DA PRAIA, MTAMBA, IMBUO, DIACA, MBAU, MUEDA, CHITUNDA, QUITERAJO, MITEDA, MUIDUMBE, CHAPA, CHAI, MUCOJO, MACOMIA, IBO, QUISSANGA, QUIRIMBA, MUAGUIDE, MAHATE, NAIROTO, MELUCO, BILIBIZA, Parque Nacional das Quirimbas, MIRATE, NAMANHUMBIR, ANCUABE, PEMBA, MESA, METUGE, MONTEPUEZ, METORO, MIEZE, MAVALA, MAPUPULO, MURRÉBUÈ, MECÚFI, IMPIRI, BALAMA, KATAPUA, CHIÚRE, MAZEZE, KUEKUE, MELOCO, NAMUNO, OCUA, N'CUMPE, HUCULA, NAMOGELIA, MACHOCA, PAPAI

11°0' 12°0' 13°0' 14°0'

ESCALA 1: 2 000 000
20 10 0 20 40 60 80 Quilómetros

Legenda

- Capital da Província
- Sede de Distrito
- Sede de Posto Administrativo
- Rio Principal
- Linha da Costa
- Limite de Fronteira
- Limite de Província
- Limite de Distrito
- Limite de Posto Administrativo
- Estrada Principal
- Estrada Secundaria
- Estrada Terciaria
- Estrada Vicinal
- Estrada Nao Classificada
- Outras Estradas
- Parque Nacional
- Canal de Mocambique

DISTRITO
- IBO

PROVINCIA
- CABO_DELGADO

Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada -CENACARTA-1999

Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com

Ibo

PÁGINAx

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito do Ibo está localizado na parte central da Província de Cabo Delgado, confinando a Norte com o Oceano Índico, a Sul com o distrito de Quissanga, a Este com o Oceano Índico e a Oeste com o distrito de Macomia.

A superfície do distrito[1] é de 74 km^2 e a sua população está estimada em 11 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 146 hab/km^2, prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 13.450 habitantes.

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa. Com uma população jovem (43%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 94% (por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 94 do masculino) e uma taxa de urbanização do distrito é de 53%, concentrada na Vila do Ibo.

1.2 Clima, Relevo e Solos

A região apresenta de novo um clima do tipo sub-húmido seco, onde a precipitação média anual varia entre 800 e 1000 mm e a temperatura média durante o período de crescimento das culturas excede os 25ºC (24 a 26ºC). A evapotranspiração potencial é da ordem dos 1400 a 1600 mm.

As planícies costeiras na região são dissecadas por alguns rios que sobem da costa para o interior, que gradualmente passa para um relevo mais dissecado com encostas mais declivosas intermédias, da zona subplanáltica de transição para a zona litoral.

É caracteriza-se pelos seus solos arenosos, lavados a moderadamente lavados, predominantemente amarelos a castanho-acinzentados, quer seja os da cobertura arenosa do interior (Ferralic Arenosols), quer seja os das dunas arenosas costeiras (Haplic Arenosols), e ainda pelos solos da faixa do grés costeiro, de textura arenosa a franco argilo arenosa de cor predominantemente alaranjada (Ferralic Arenosols). Os solos arenosos hidromórficos de depressões e baixas ocorrem alternados com as partes de terreno mais elevadas (Gleyic Arenosols).

[1] Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção **http://www.cenacarta.com**

1.3 Infraestruturas

Sendo um distrito insular, Ibo só é acessível por via aérea ou marítima. Existe transporte marítimo de passageiros e mercadorias entre as ilhas e a cidade de Pemba, com uma frequência de duas a três vezes por semana, sendo feito em barcos motorizados e à vela. Existe nas ilhas uma pista de aterragem, sendo frequente virem pequenos aviões ao distrito.

Em termos de telecomunicações, existem ligações telefónica (rede fixa e móvel), por telégrafo e via rádio. Existem no distrito 7 aparelhos tele-rádio e 19 telefones fixos.

Existem 53 poços operacionais com bombas manuais e 7 avariados. Este número de fontes permite o abastecimento de água à população em cerca de 86%.

Existem no distrito 20 painéis solares.

O distrito possui 13 escolas (das quais, 10 do ensino primário nível 1), e está servido por 3 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infraestruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a segunda actividade principal do distrito, a seguir à pesca.

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

É dominada pelo sistema de produção baseado na cultura da mandioca, consociada com leguminosas de grão como o feijão nhemba e o amendoim.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infraestruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

Sendo o distrito insular, a pesca é, naturalmente, uma das actividades principais e uma das mais significativas fontes de rendimento das famílias locais. O pescado constitui um suplemento dietético importante para as famílias.

As árvores mais relevantes do distrito são as espécies de mangal e o coqueiro. Existem também algumas fruteiras, nomeadamente ateiras, goiabeiras, mangueiras, limoeiros, laranjeiras e papaieiras. O produto de árvore mais importante para comercializar é o coco, vendido a comerciantes de Pemba e Montepuez que vêm ao distrito adquiri-lo.

As árvores são importantes para as famílias como fonte de material de construção e de energia. O distrito apresenta já sinais de desflorestamento e de erosão. A fauna bravia, por seu lado, é irrelevante em termos alimentares, turísticos e comerciais. No distrito de Ibo não há animais selvagens de grande porte.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Os principais mercados com os quais o distrito de Ibo tem ligações são a capital provincial (Pemba), Montepuez, Nampula e a Tanzânia, de onde vêm comerciantes para adquirir os produtos locais, principalmente cocos e peixe.

O comércio informal é o mais activo no distrito. O comércio ambulante é uma actividade principalmente dos homens, enquanto que às mulheres está reservado o fabrico e venda de pão e de doces locais.

1.5 História e cultura

A Ilha do Ibo foi ocupada pelos árabes, a quem se atribui a construção da Fortaleza de São João e dos Fortins existentes na Vila.

Em 1834 chegaram à Ilha os primeiros portugueses, na sua maior parte, professores e funcionários.

A população do Ibo descende dos filhos de escravos e de outra gente livre. Quase todos adoptaram um misto de usos e costumes de origem islâmico/cristã, praticando os costumes da terra, nomeadamente, a magia dos batuques e a forma dos casamentos.

Em 1860, a Administração colonial do Ibo registou uma população de 20.339 habitantes falantes de Kimwani, língua usada pelos povos de Quissanga a Mocímboa da Praia.

O aumento da população Mwani, no Ibo e em todo o litoral de Cabo Delgado deveu-se ao apogeu da expansão comercial estrangeira que remonta a finais do século XVII e princípios do século XVIII, como resultado da proliferação, em larga escala, do tráfego de escravos,

para o qual contribuíram as Ilhas do Arquipélago das Quirimbas, sobretudo a Ilha do Ibo e de Quissiva, onde foram montados entrepostos comerciais do chamado negócio negro, assim como à presença massiva dos portugueses entre os séculos XVIII e XIX., depois que a Colónia Ultramarina de Moçambique passou a ser administrada por Portugal através da Companhia Majestática do Niassa.

Em finais do século XIX, os territórios de Cabo delgado passaram a ser directamente administrados pelo Estado colonial.

Actualmente, as populações Mwani estão dispersas por todo o litoral de Cabo Delgado, encontrando-se os maiores núcleos populacionais nos distritos do Ibo, Mocímboa da Praia, Macomia e noutras Ilhas do Arquipélago das Quirimbas.

Grande parte da população da Ilha do Ibo é constituída por Mwanis, muito embora existam algumas minorias linguísticas como o Makhua e Makonde, cuja presença, porém, não alteram o cariz da língua Kimwani.

1.6 Sociedade civil

O Distrito possui um Conselho Consultivo Distrital presidido pelo Administrador Distrital. No Distrito funcionam 2 Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos, presididos pelo respectivo Chefe do Posto Administrativo. No seu funcionamento participativo estes envolvem os membros dos 3 Conselhos Consultivos de Localidade.

Os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito são envolvidos na apreciação do PEDD e PESOD e na avaliação periódica dos instrumentos da planificação territorial local, bem como no que se refere à opinião sobre a viabilidade de projectos de iniciativa local, e projectos com impacto directo nas comunidades, no âmbito de investimento local, que são submetidos posteriormente para decisão do Conselho Consultivo Distrital.

A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
- Chefes de Grupos de Povoações;
- Chefe da Povoação;
- Chingore;

- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.

Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Existem no Distrito, 23 autoridades comunitárias reconhecidas, das quais 12 do 1º Escalão e 11 do 2º Escalão, entre os quais se conta 1 mulher.

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
- Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
- Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e

- Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de "c*omida por trabalho*" e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

2 Demografia[2]

A superfície do distrito[3] é de 74 km^2 e a sua população está estimada em 11 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 146 hab/km^2, prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 13.450 habitantes.

2.1 Estrutura etária e por sexo

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa. Com uma população jovem (43%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 94% (por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 94 do masculino) e uma taxa de urbanização do distrito é de 53%, concentrada na Vila do Ibo.

Quadro 1.**População por posto administrativo, 1/7/2012**

		Grupos etários				
	TOTAL	**0 - 4**	**5 - 14**	**15 - 44**	**45 - 64**	**65 e mais**
Distrito do Ibo	**10,828**	**1,722**	**2,939**	**4,676**	**1,058**	**434**
Homens	5,245	828	1,452	2,226	523	215
Mulheres	5,584	894	1,486	2,451	534	219
P.A. de Ibo Sede	**7,859**	**1,240**	**2,194**	**3,311**	**799**	**315**
Homens	3,778	**593**	**1,079**	**1,562**	**382**	**163**
Mulheres	4,079	**647**	**1,115**	**1,749**	**416**	**152**
P. A. de Quirimba	**2,969**	**482**	**745**	**1,366**	**259**	**119**
Homens	1,466	**236**	**374**	**664**	**141**	**52**
Mulheres	1,505	**246**	**371**	**702**	**118**	**68**

Fonte: INE, Dados do Censo de 2007.

Das pessoas residentes no distrito, 66% nasceram no próprio distrito, o que denota fluxos de migração elevados.

Quadro 2.**Pessoas residentes no distrito, segundo o local de nascimento**

	Local de Nascimento		
	No próprio distrito	Noutro distrito da mesma província	Noutra Província
Total	**66.4%**	30.2%	3.4%
- Homens	**66.0%**	29.0%	5.1%
- Mulheres	**66.7%**	31.3%	2.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[2] Os dados demográficos e da habitação, excepto nota contrária, estão referidos a 1/8/2007, última data censitária.

[3] Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção **http://www.cenacarta.com**

2.2 Traço sociológico

Das 2.600 famílias[4] do distrito, o tipo sociológico familiar principal é o alargado (46%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 4.2 membros.

Quadro 3. **Agregados familiares, segundo a dimensão**

% de agregados, por dimensão		
1 - 2	3 - 5	6 e mais
25.7%	48.9%	25.4%

Fonte: INE, Dados do Censo de 2007 e Projecções globais da população.

Quadro 4. **Agregados familiares, segundo o tipo sociológico**

TIPO SOCIOLÓGICO DE AGREGADO FAMILIAR					
Unipessoal	Monoparental (1)		Nuclear		Alargado (2)
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
10.6%	1.5%	8.1%	25.3%	8.1%	46.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

1) Família com um dos pais.
2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados após os 12 anos de idade, têm crença religiosa, dominada pela religião Islâmica.

Quadro 5. **Distribuição da população, segundo o estado civil**

Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viúvo
100.0%	33.1%	58.0%	5.1%	3.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

Tendo o Kimwani como língua materna dominante, constata-se que 43% da população do distrito (com 5 ou mais anos de idade) tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

Quadro 6. **População com 5 anos ou mais, por língua materna e sexo**

	TOTAL	GRUPO ETÁRIO				
		5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 44	45 e mais
TOTAL	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
Emakhuwa	17.1%	9.5%	13.1%	15.2%	20.2%	21.3%
Shimakonde	1.9%	1.5%	1.9%	1.7%	2.6%	2.0%
Kimwani	78.1%	87.4%	82.4%	80.5%	74.4%	73.1%
Português	1.4%	0.7%	1.9%	1.6%	1.4%	1.5%
Outras	1.5%	0.9%	0.6%	1.1%	1.4%	2.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

[4] Estimativa para 2012 a partir das projecções da população do Censo de 2007.

Figura 1. **População com 5 anos ou mais, por língua materna**

Português, 1,4%
Outras, 1,5%
Emakhuwa, 17,1%
Shimakonde, 1,9%
Kimwani, 78,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Quadro 7. **População de 5 anos ou mais e conhecimento de Português**

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	**42.5%**	**54.3%**	**31.5%**	**57.5%**	**45.7%**	**68.5%**
5 - 9 anos	11.7%	13.4%	10.2%	88.3%	86.6%	89.8%
10 - 14 anos	45.1%	45.9%	44.4%	54.9%	54.1%	55.6%
15 - 44 anos	56.3%	67.1%	47.7%	43.7%	32.9%	52.3%
45 anos ou mais	49.6%	67.6%	32.4%	50.4%	32.4%	67.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

2.3 Analfabetismo e Escolarização

Com 49% da população alfabetizada, predominantemente homens, o distrito tem uma taxa de escolarização normal, constatando-se que 64% dos seus habitantes declararam no Censo 2007 que frequentavam ou já frequentaram antes a escola, ainda que maioritariamente somente até ao nível primário.

Quadro 8. **População com 15 ou mais anos, e alfabetização, 2012**

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
Total	**51.0%**	**33.9%**	**66.9%**
15 - 19 anos	42.4%	31.8%	50.8%
20 - 24 anos	46.1%	33.1%	57.5%
25 - 29 anos	50.4%	35.8%	64.5%
30 - 44 anos	49.1%	28.9%	68.8%
45 anos ou mais	63.5%	40.4%	86.1%
P.A. de Ibo Sede	49.8%	33.0%	65.1%
P. A. de Quirimba	54.1%	36.1%	71.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

3 Habitação e Condições de Vida[5]

As características físicas das habitações, especialmente o material usado na sua construção e o acesso a serviços básicos de água, saneamento e energia, são indicadores importantes do nível de vida das famílias. As características do parque habitacional duma sociedade constituem um indicador bastante relevante do nível de desenvolvimento socioeconómico.

Quadro 9.**Habitações segundo o regime de propriedade**

Total de Habitações	100.0%
- Próprias	81.2%
- Alugadas	3.0%
- Cedidas ou emprestadas	13.7%
- Outro regime	2.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A maioria (81%) das cerca de 2.600 habitações[6] existentes no distrito são de propriedade própria. O tipo de habitação dominante é a palhota (79%). A casa mista, que é um tipo de habitação que combina materiais de construção duráveis e materiais de origem vegetal, representa 18% do parque habitacional do distrito.

Quadro 10. **Tipo de habitações**

Casa convencional[7] ou apartamento[8]	2.1%
Casa mista[9]	18.2%
Casa básica[10]	1.2%
Palhota[11], casa improvisada[12] e outras	78.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

---

[5] Os dados demográficos e da habitação, excepto nota contrária, estão referidos a 1/8/2007, última data censitária.

[6] Estimativa para 2012 a partir das projecções da população do Censo de 2007.

[7]Casa convencional - é uma unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto(s), casa de banho, cozinha dentro de casa, e construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão). Pode ser de rés-do-chão, mais de 1 ou 2 pisos.

[8]Flat/apartamento - é uma unidade habitacional que tenha quarto(s) casa de banho, cozinha pertencente a uma unidade habitacional multifamiliar com 1 ou mais pisos podendo ser de um bloco ou conjunto de blocos.

[9]Casa mista – é uma casa construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão), materiais de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, paus maticados, madeira, etc.) e adobe.

[10]Casa básica – é uma unidade habitacional que só tem quarto(s) e não tem casa de banho e ou cozinha, sendo construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão). Inclui-se nesta categoria o conjunto de quartos geminados (casa comboio) que utilizam os mesmos serviços (casa de banho, cozinha e água).

[11]Palhota – é uma casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, etc.).

[12]Casa improvisada – são habitações construídas com material improvisado e precário, tal como papel, saco, cartão,, latas, cascas de árvores, etc.

Figura 2. **Tipo de habitações**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Apesar de as condições de habitação serem diferentes entre as zonas urbanas e rurais do distrito, verifica-se um padrão comum dos materiais de construção caracterizado por:

- O principal material usado nas paredes das casas é caniço/paus (61%);
- O principal material usado na cobertura das casas é capim ou palha (80%); e
- O principal material usado no pavimento das casas é o cimento (37%).

Quadro 11. **Habitações segundo o material de construção**

	Em %		
	Total	**Urbano**	**Rural**
Paredes	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
- Blocos de cimento ou tijolo	4.3%	5.0%	3.5%
- Blocos de adobe	33.3%	60.5%	5.7%
- Caniço / Paus	60.8%	34.0%	88.0%
- Madeira / Zinco	0.0%	0.1%	0.0%
- Outro material	1.5%	0.4%	2.7%
Cobertura	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
- Chapas ou telhas	19.6%	28.7%	10.5%
- Laje de betão	0.4%	0.3%	0.5%
- Capim ou outro material	79.9%	71.0%	89.0%
Pavimento	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
- Cimento, parquet ou mosaico	36.6%	51.5%	21.5%
- Adobe	35.1%	34.6%	35.5%
- Sem nada	28.3%	13.8%	43.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Figura 3. **Habitações segundo o material de construção**

Material	%
Paredes de blocos/tijolo	4,3%
Paredes de blocos de adobe	33,3%
Paredes de caniço/paus	60,8%
Paredes de madeira/zinco/	0,0%
Cobertura de chapas/telhas	19,6%
Cobertura de capim/outro	79,9%
Pavimento de cimento,	36,6%
Pavimento de adobe	35,1%
Pavimento de terra batida	28,3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

O gráfico e quadro seguintes mostram a distribuição percentual das habitações segundo o grau de acesso aos serviços básicos.

- A principal fonte de energia usada pelas famílias é o petróleo (84%);
- Cerca de 75% das famílias tem acesso a fontes de água potável[13]; e
- Cerca de 7% das famílias usam sistemas de saneamento melhorados[14].

Figura 4. **Habitações e condições básicas existentes**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[13]Água canalizada (dentro e fora da casa), fontenário e poço/furo protegido c/ bomba.

[14]Retrete ligada a fossa séptica, Latrina melhorada e Latrina tradicional melhorada.

Quadro 12. **Habitações, água, saneamento e energia**

HABITAÇÕES E CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL	Casa convencional	Casa mista	Casa básica	Palhota
ENERGIA	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
Electricidade	4.5	34.0	14.0	2.2	1.4
Gerador/placa solar	1.1	6.0	2.2	4.3	0.6
Gás	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Petróleo/parafina/querosene	83.5	52.0	78.1	80.4	85.8
Velas	0.4	0.0	0.2	0.0	0.5
Baterias	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Lenha	10.3	8.0	5.4	13.0	11.5
Outras	0.1	0.0	0.0	0.0	0.2
ÁGUA	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
Água canalizada	0.1	4.0	0.2	0.0	0.0
- dentro da casa	0.0	0.0	0.2	0.0	0.0
- fora de casa	0.1	4.0	0.0	0.0	0.0
Não-canalizada	99.9	96.0	99.8	100.0	100.0
- fontenário	5.8	8.0	5.4	2.2	6.0
- poço/furo protegido c/ bomba	69.2	58.0	71.4	45.7	69.7
- poço sem bomba	22.7	26.0	21.9	13.0	23.0
- rio/lago/lagoa	1.6	0.0	0.0	28.3	1.3
- chuva	0.4	4.0	0.5	10.9	0.1
- mineral	0.1	0.0	0.5	0.0	0.0
- outros	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SANEAMENTO	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
Retrete ligada a fossa séptica	1.7	32.0	3.9	6.5	0.2
Latrina melhorada	3.5	26.0	10.8	10.9	0.9
Latrina tradicional melhorada	1.4	0.0	4.9	0.0	0.6
Latrina não melhorada	2.0	2.0	3.7	8.7	1.4
Não tem retrete/latrina	91.4	40.0	76.6	73.9	96.8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No que diz respeito a posse de bens, a incidência da posse de bens duráveis pelas famílias residentes no distrito é apresentada na tabela seguinte.

Quadro 13. **Famílias, segundo a posse de casa própria e bens duráveis**

Casa própria	Rádio	Televisor	Telefone fixo	Computador	Carro	Motorizada	Bicicleta	Nenhum bem
81.2%	61.8%	4.5%	0.3%	0.4%	0.4%	3.6%	23.0%	34.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Constata-se que, exceptuando a casa própria, 35 por cento das famílias não possuem nenhum dos bens listados na tabela e observados aquando do Censo da População de 2007.

4 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem dois Postos Administrativos: Ibo-Sede e Quirimba que, por sua vez, estão subdivididos em 3 Localidades.

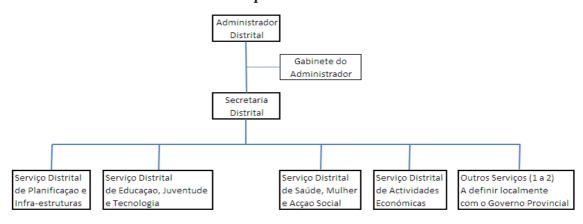
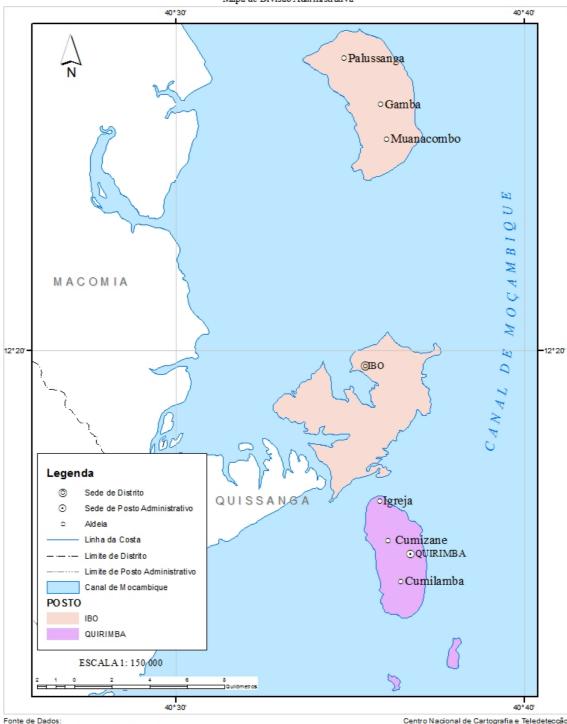
IBO-SEDE
IBO-SEDE
MATEMO
QUIRIMBA
QUIRIMBA-SEDE

4.1 Governo Distrital

O Governo Distrital é dirigido pelo Administrador de Distrito e, ao abrigo da Lei nº 8/2003 de 19 de Maio, está estruturado na Secretaria Distrital e nos seguintes Serviços Distritais:

- Actividades Económicas;
- Saúde, Mulher e Acção Social;
- Educação, Juventude e Tecnologia; e
- Planeamento e Infraestruturas.

De acordo com o Estatuto Orgânico do Governo Distrital aprovado pelo Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril, a Estrutura Tipo do Governo Distrital é a que é apresentada em seguida.

Estrutura Tipo do Governo Distrital

Fonte: Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril

40°30' 40°40'

Palussanga
Gamba
Muanacombo

MACOMIA

12°20' 12°20'

IBO

CANAL DE MOÇAMBIQUE

QUISSANGA

Igreja
Cumizane
QUIRIMBA
Cumilamba

Legenda

- Sede de Distrito
- Sede de Posto Administrativo
- Aldeia
- Linha da Costa
- Limite de Distrito
- Limite de Posto Administrativo
- Canal de Mocambique

POSTO

- IBO
- QUIRIMBA

ESCALA 1: 150 000

2 1 0 2 4 6 8 Quilómetros

40°30' 40°40'

Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada -CENACARTA-1999
Aldeia - INE_2007

Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com

Para além destes serviços, funcionam ainda as seguintes instituições públicas:

- Tribunal Judicial;
- Registo e Notariado;
- Comando Distrital da PRM;
- Procuradoria Distrital da República;
- Alfândegas;
- Migração;
- SISE.

O Distrito possui um Conselho Consultivo Distrital presidido pelo Administrador Distrital. No Distrito funcionam 2 Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos, presididos pelo respectivo Chefe do Posto Administrativo. No seu funcionamento participativo estes envolvem os membros dos 3 Conselhos Consultivos de Localidade.

Os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito são envolvidos na apreciação do PEDD e PESOD e na avaliação periódica dos instrumentos da planificação territorial local, bem como no que se refere à opinião sobre a viabilidade de projectos de iniciativa local, e projectos com impacto directo nas comunidades, no âmbito de investimento local, que são submetidos posteriormente para decisão do Conselho Consultivo Distrital.

No contexto da reforma do sector público, foi nomeado o Secretário Permanente Distrital, foram institucionalizados os Conselhos Locais (Localidade, Posto Administrativo e Distrito), Balcão de Atendimento Único Distrital (BAUD), descentralizados os investimentos no distrito, tramitados os expedientes para a nomeação de directores dos serviços distritais bem como dos chefes de Localidade.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, consequentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

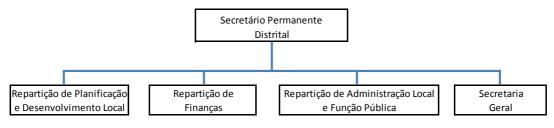
Existem no Distrito, 23 autoridades comunitárias reconhecidas, das quais 12 do 1º Escalão e 11 do 2º Escalão, entre os quais se conta 1 mulher.

4.2 Síntese das atribuições e da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de tarefas realizadas, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

4.2.1 Secretaria Distrital

A Secretaria Distrital dirigida por um Secretário Permanente Distrital é o órgão do Governo Distrital que tem como principais funções e realizou actividades no âmbito de (a) prestar assistência técnica e administrativa ao Governo Distrital; (b) assegurar a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Distrital; (c) assistir na organização e controlo das actividades do Governo distrital, bem como na elaboração de relatórios de análise de actividades do Governo Distrital; e (d) garantir a assistência técnica e administrativa necessária ao funcionamento dos postos administrativos, localidades e povoações.

Estrutura Orgânica da Secretaria Distrital

Fonte: MAE/DNAL.

4.2.2 Serviço Distrital de Actividades Económicas

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) a promoção do uso adequado do solo e a gestão florestal; (b) o incentivo da produção alimentar e de culturas de rendimento; (c) o fomento pecuário e a construção comunitária de tanques carracicidas; (d) a emissão de licenças de pesca artesanal, caça e de abate, bem como o combate a caça furtiva; (e) a promoção da piscicultura e da apicultura; (f) a divulgação do potencial económico, industrial, turístico e cinegético local; (g) a promoção da pequena indústria e mineração artesanal; (h) a emissão de pareceres sobre pedidos de licenciamento de actividades económicas, licenciar actividades comerciais e emitir licenças turísticas; (i) efectuar o recenseamento das actividades de artesanato; e (j) promover mecanismos de financiamento das actividades produtivas.

4.2.2.1 Agricultura e Desenvolvimento Rural

Devido à escassez de terra no distrito, determinada pela sua elevada densidade populacional, a pressão sobre os recursos disponíveis é bastante forte.

Os alimentos são adquiridos no próprio distrito e, ainda, nos distritos próximos, nas cidades de Pemba, Montepuez e Nampula, e do outro lado da fronteira, na Tanzânia.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

Fomento de Culturas de Rendimento (Caju)

Tipo de culturas	Plano	Real	Real
	2011	2010	2011
Mudas distribuídas	5.000	2.680	2.584
Famílias beneficiárias	75	33	45
Sementes hortícolas (gr)	4.000	6.000	2.500
Famílias beneficiárias	150	186	48

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Foram distribuídas 2.584 mudas, das 5.000 planificadas, com uma realização de 51,7% e um decréscimo em 3%, quando comparado com as 2.680 mudas do ano anterior. A redução do número das mudas deve-se à exiguidade de mudas no nosso viveiro local.

Preços dos principais produtos agrícolas comercializados no sector familiar (Mt/kg)

Culturas	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
Milho	5,00	3,00	4,00
Feijão Jugo	20,00	25,00	25,00
Mandioca	2,00	2,00	2,50

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Extensão Rural

Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
REDES DE EXTENSÃO	1	1	1
Nº Redes de Extensão	1	1	1
Nº Extensionistas	1	1	1
N.º de Supervisores	1	1	1
BENEFICIÁRIOS			
Nº de camponeses assistidos	500	601	610
Nº de camponeses de contacto	20	18	19
Nº de membros de grupos de produtores	20	18	19
Nº de membros de associações	140	53	55
N.º Participantes dias Campo	500	601	610

Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
N.º de Participantes nas Demonstrações	500	601	610

nte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Foram assistidos 610 camponeses, dos 500 planificados, o correspondente a uma taxa de realização equivalente a 122%, e a um decréscimo em 1.4%, comparativamente aos 601 camponeses assistidos em 2010.

Sanidade Animal

Indicador	Plano	Real	
	2011	2010	2011
N.º de mangas de tratamento operacionais	1	0	2
N.º Vacinas Carbúnculo Sintomático	270	0	185
N.º Vacinas de Newcastle	5.000	3.111	4.889
N.º Vacinas de Raiva	50	0	38
N.º de vacinadores comunitários formados	12	10	11
Total	**5332**	**3.121**	**5.096**

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Foram vacinados 5.096 animais, dos 5.332 planificados, representando uma realização de 95.5% e um crescimento em 32.3%, se compararmos com igual período de 2010. O não cumprimento da meta deve-se ao facto de alguns criadores não aderirem às campanhas de vacinação, estando, por isso a ser feito um trabalho de sensibilização comunitária, de modo a reverter este cenário.

Acções de apicultura. Existem 28 colmeias em Mussemuco, contra igual número em 2010.

Directiva presidencial "um líder uma floresta"

Foram alocadas 490 estacas de Umbila, que não vingaram por não se terem adaptado ao clima e solos da região. Actualmente, estão a ser produzidas 14.300 mudas de cafezeiros, tendo sido alocadas estacas de citrinos e de espécies que melhor se adaptam aos solos.

Conflitos Homem – Fauna Bravia

Indicador	2010	2011	T. Cresc
Áreas devastadas (ha)	6	3	-50
Animais abatidos (especificar)			
Porcos	16	24	50
Outros (macacos)	5	8	60
Total	**21**	**32**	**52**

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Persistem no distrito os conflitos Homem-Fauna Bravia, na sequência dos quais foram destruídos 3ha de machambas, o que representa uma redução em 50%, comparativamente a igual período de 2010. Esta redução ficou a dever-se à alocação de um Fiscal para Mussemuco, Payessa e Ndegane, por serem as zonas onde se regista uma maior incidência de conflitos.

Acções de fiscalização

Foi aplicada uma multa à embarcação Resort alocada na Direcção Provincial das Pescas,

no valor de 60.000,00Mt

Medidas tomadas para redução das queimadas descontroladas

Foram montadas colmeias para produção de mel e, ainda, campos de Líderes Comunitários, e distribuídos cartazes que alertam para os perigos e as consequências negativas resultantes da prática de queimadas descontroladas.

Medidas tomadas para a redução do conflito

Durante o período, foi feita a divulgação das Leis de Terra e de Florestas e Fauna Bravia.

4.2.3 Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) garantir o funcionamento de estabelecimentos de ensino, formação de professores, alfabetização, educação de adultos e educação não formal; (b) realizar estudos sobre cultura, diversidade cultural, valores locais e línguas nacionais; (c) promover o fabrico de instrumentos musicais tradicionais; (d) incentivar o desenvolvimento de associações juvenis, bem como promover iniciativas geradoras de emprego, auto emprego e outras fontes de rendimento dos jovens; e (e) promover o uso de novas tecnologias.

4.2.3.1 Educação

Da população com 15 anos ou mais de idade 49% é alfabetizada e 64% das pessoas com 5 anos ou mais de idade, predominantemente homens, declararam no Censo 2007 que frequentavam ou já frequentaram antes o nível primário do ensino. A análise por sexos revela um melhor padrão de escolarização nos homens.

Quadro 14. **População com 5 anos ou mais, e frequência escolar**

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	**30.3%**	31.3%	29.4%	**34.2%**	40.7%	28.2%	**35.5%**	28.0%	42.5%
P.A. de Ibo Sede	**32.8%**	33.9%	31.7%	**31.5%**	38.3%	25.2%	**35.7%**	27.7%	43.1%
P. A. de Quirimba	**23.8%**	24.5%	23.0%	**41.3%**	46.7%	36.2%	**34.9%**	28.8%	40.8%
Total	**30.3%**	31.3%	29.4%	**34.2%**	40.7%	28.2%	**35.5%**	28.0%	42.5%
P.A. de Ibo Sede	**32.8%**	33.9%	31.7%	**31.5%**	38.3%	25.2%	**35.7%**	27.7%	43.1%
P. A. de Muze	**14.7%**	13.6%	15.8%	**17.9%**	21.9%	13.9%	**67.4%**	64.5%	70.3%
P. A. de Zambue	**21.7%**	24.3%	19.2%	**25.2%**	30.6%	20.1%	**53.1%**	45.1%	60.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

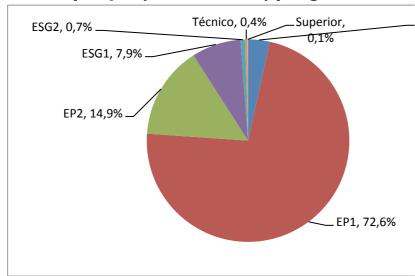
A análise do nível de ensino frequentado pela população que actualmente atende a escola, revela uma concentração significativa no nível primário de ensino.

Quadro 15. **População de 5 anos ou mais, por nível de ensino**

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							
	Total	AEA	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Técnico	Superior
TOTAL	**100.0%**	**3.5%**	**72.6%**	**14.9%**	**7.9%**	**0.7%**	**0.4%**	**0.0%**
5 - 9 anos	100.0%	0.0%	100.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
10 - 14 anos	100.0%	0.3%	83.3%	15.2%	1.2%	0.0%	0.0%	0.0%
15 - 19 anos	100.0%	1.2%	34.4%	42.8%	20.2%	1.0%	0.5%	0.0%
20 - 24 anos	100.0%	6.2%	20.7%	22.1%	42.8%	6.9%	1.4%	0.0%
25 e + anos	100.0%	41.1%	20.3%	15.2%	17.7%	1.9%	3.2%	0.6%
HOMENS	**100.0%**	**1.5%**	**69.7%**	**16.9%**	**10.2%**	**1.0%**	**0.5%**	**0.1%**
MULHERES	**100.0%**	**5.4%**	**75.6%**	**12.9%**	**5.5%**	**0.4%**	**0.3%**	**0.0%**

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos; ESG2 - 11º e 12º Anos; ET – Ensino técnico; CFP – Curso de formação de professores; AEA -Alfabetização e educação de adultos.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Figura 5. **População (5 anos ou mais) por grau de ensino frequentado**

Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Um aspecto importante é a observação das taxas de escolarização bruta e líquida. A ***primeira taxa*** calcula-se dividindo o total de alunos de um determinado nível de ensino (independentemente da idade) pela população do grupo etário correspondente à idade oficial para o referido nível[15]. Para calcular a ***segunda taxa***, divide-se o total de alunos cuja idade coincide com a idade oficial para o nível pela população do grupo etário correspondente a esse nível. Estas são as medidas mais comuns para estimar o desenvolvimento quantitativo do sistema educativo.

Quadro 16. **Taxas de escolarização**

Taxas de escolarização	Taxa Bruta de Escolarização			Taxa Líquida de Escolarização		
	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
EP1	117.5	114.1	120.8	66.9	66.4	67.5
EP2	93.3	99.5	86.2	10.8	10.7	10.9
ESG1	34.4	44.1	24.4	3.6	5.2	1.9
ESG2	5.0	8.5	2.6	0.6	0.7	0.5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007

Como se pode observar, a taxa bruta de escolarização do Ensino Primário do 1º Grau é de 118%, o que indica um elevado nível de cobertura escolar neste nível. Atendendo a que a idade ideal para frequentar o EP1 é de 6 a 10 anos (para terminar este nível sem nenhuma reprovação), este indicador acima dos 100% reflecte a entrada tardia na escola, a reprovação e desistência escolar, levando a que exista um elevado número de alunos no EP1, com idades superiores a 10 anos.

Efectivamente, a taxa líquida de escolarização no EP1 confirma aquele facto ao indicar que 67% das crianças de 6 a 10 anos frequentam o nível de ensino correspondente a sua idade, neste caso o EP1, e que somente 11% das crianças de 11 a 12 anos frequentam o nível de ensino correspondente a idade, o EP2. Em geral, os rapazes apresentam melhores indicadores.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socioeconómicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a evoluir a um ritmo significativo, serem insuficientes, o que é agravado por baixas taxas de aproveitamento e altas taxas de desistência em algumas localidades do distrito, devido ao facto de haverem muitos casamentos prematuros e emigração de jovens.

[15] EP1 – 6 a 10 anos; EP2 – 11 a 12 anos; ESG1 – 13 a 15 anos; ESG2 – 16 a 17 anos; Superior – 18 a 22 anos.

Quadro 17. **Escolas, alunos e professores, 2011**

NÍVEIS DE ENSINO E	N.º de	N.º de Alunos		N.º de Professores	
POSTOS ADMINISTRATIVOS	Escolas	M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	**13**	**1.423**	**2.842**	**19**	**90**
EP1	10	1.098	2.171	15	62
EP2	3	177	349	3	16
ESG1	0	148	322	1	12
AEA	3	231	334	-	-

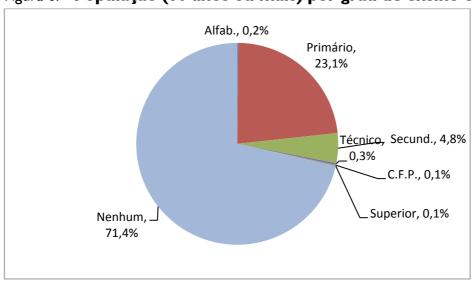
Fonte: SDEJT
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

Em termos de grau de ensino concluído, constata-se que do total de população com 10 anos ou mais de idade, 29% concluiu algum nível de ensino, na sua maioria o nível primário.

Quadro 18. **População de 10 anos ou mais, por nível de ensino concluído**

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
TOTAL	**28.6%**	**0.2%**	**23.1%**	**4.8%**	**0.3%**	**0.1%**	**0.1%**	**71.4%**
10 - 14 anos	16.5%	0.0%	15.7%	0.8%	0.0%	0.0%	0.0%	83.5%
15 - 19 anos	39.6%	0.0%	35.8%	3.8%	0.0%	0.0%	0.0%	60.4%
20 - 24 anos	37.6%	0.1%	28.2%	8.5%	0.3%	0.3%	0.0%	62.4%
25 - 29 anos	34.2%	0.3%	25.6%	7.4%	0.4%	0.4%	0.1%	65.8%
30 e + anos	24.7%	0.3%	19.0%	4.6%	0.4%	0.1%	0.2%	75.3%
HOMENS	**37.3%**	**0.1%**	**29.3%**	**6.9%**	**0.5%**	**0.3%**	**0.2%**	**62.7%**
MULHERES	**20.5%**	**0.3%**	**17.3%**	**2.8%**	**0.0%**	**0.0%**	**0.1%**	**79.5%**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Figura 6. **População (10 anos ou mais) por grau de ensino concluído**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

4.2.3.2 Cultura

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que de dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

Estado de conservação de monumentos, sítios, locais históricos, estações arqueológicas e pinturas rupestres

Indicador	Plano 2011	2010	2011
Monumentos			
Identificados	5	4	4
Bem conservados	5	4	4
Locais Históricos			
Identificados	18	15	15
Bem conservados	16	11	10
Mal conservados	2	4	4
Estações Arqueológicas			
Identificados	1	0	0
Bem conservados	1	0	0

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Grupos Artístico – Culturais

Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011	Índice de Realiz 2010/2011	Taxa de Cresc
GRUPOS ARTÍSTICOS – CULTURAIS OFICIALIZADOS					
Nº Grupos	5	2	2	100	0
Nº de membros	75	23	23	100	0
GRUPOS ARTÍSTICO – CULTURAIS INFORMAIS					
Nº Grupos	18	15	17	113,3	13,3
Nº de membros	315	140	300	214,3	114,3

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

O distrito conta com 2 grupos culturais oficializados contra 2 de igual período de 2010, para além de 17 grupos informais, contra 15 de 2010.

Associações Juvenis e Formação Para Trabalho e Autoemprego

PROGRAMA Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011	Índice de Reali 2010/11	Taxa de Cresci. % 2010/11
ASSOCIAÇÕES JUVENIS					
Nº Associações Juvenis	19	17	18	106	6,0
Nº Membros inscritos	220	200	210	105	5,0
FORMAÇÃO PARA AUTO EMPREGO					
Nº de Formações (cursos)	2	4	1	25%	-75
Nº de Beneficiários (participantes)	50	250	25	10%	-90

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

O Distrito promoveu 1 formação para auto emprego no ano de 2011, contra 4 formações em igual período do ano transacto. De referir que das 2 formações planificadas, apenas foi possível realizar 1, por falta de fundos.

Associações Desportivas

PROGRAMA Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011	Índice de Real 2001	%Cresc i 2011-10
DESPORTO FORMAL					
Nº Associações	1	0	1	0	100
Nº Atletas inscritos	25	0	25	0	100
DESPORTO INFORMAL					
Nº Associações e Clubes	29	28	28	100	0
Nº Atletas inscritos	632	616	616	100	0

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

O Distrito conta com 6 equipas de futebol de salão e 28 de futebol de "onze" para os jogos recreativos distritais, das quais 18 são núcleos desportivos escolares, para além da equipa desportiva de futebol de "onze" que competiu no campeonato provincial e ocupou a terceira posição. Em curso o campeonato recreativo de futebol de "onze"..

4.2.4 Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) assegurar o funcionamento das unidades sanitárias e incentivar a medicina tradicional; (b) promover acções de apoio e protecção da criança, da pessoa portadora de deficiência e do idoso; (c) desenvolver acções de prevenção da violência doméstica e de abuso de menores; e (d) promover a igualdade e equidade do género.

4.2.4.1 Saúde

A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 3 mil pessoas;
- Um médico por cada 11 mil residentes;
- Uma cama por 700 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 271 residentes no distrito.

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde "Kits A e B" e pelos Postos de Saúde "Kits B". A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

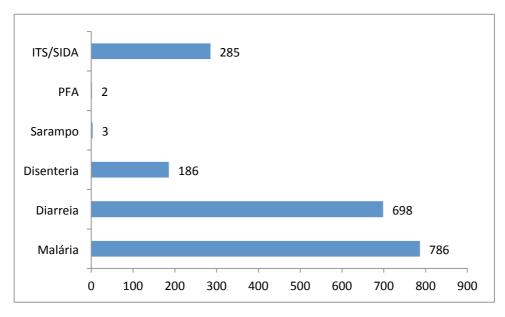
Quadro 19. **Indicadores de cuidados de saúde, 2011**

Indicadores	
Partos institucionais	332
Vacinação	3.612
Consultas externas	24.937
Taxa de baixo peso à nascença	17%
Taxa de mau crescimento	2%

Fonte: SDSMAS

De referir ainda a existência de vários programas de cuidados de saúde primários a vários níveis que denotam uma evolução positiva nos últimos anos, nomeadamente:

- Saúde ambiental: Esta actividade está sendo realizada em todas as unidades sanitárias, bem como em brigadas móveis e nos locais de interesse público
- Saúde Ocupacional: Realizadas visitas de trabalho as empresas para vacinação aos trabalhadores, bem como a todos os outros que manipulam géneros alimentícios
- Saúde reprodutiva
- Saúde Infantil, Nutrição, Saúde Escolar
- Suplementação de Vitamina 'A'
- Programa alargado de vacinação
- Saúde Mental.

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

4.2.4.2 Acção Social

No distrito existem, segundo os dados do Censo de 2007, cerca de 350 órfãos (na sua maioria órfãos de pai e entre os 10 e 14 anos de idade) e cerca de 100 pessoas portadoras de deficiência (82% com debilidade física e 18% com doenças mentais).

Quadro 20. **População de 0-14 anos, por condição de orfandade, 2007**

	População 0-14 anos	Órfão de:			
		Total	Mãe	Pai	Pai e Mãe
Total	100.0%	8.5%	2.4%	5.4%	0.7%
- Homens	100.0%	8.4%	2.4%	5.5%	0.5%
- Mulheres	100.0%	8.5%	2.3%	5.3%	0.8%
Grupos etários:					
- 0 a 4 anos	100.0%	3.4%	1.0%	2.2%	0.2%
- 5 a 9 anos	100.0%	8.1%	2.4%	5.2%	0.4%
- 10 a 14 anos	100.0%	17.9%	4.6%	11.4%	1.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Quadro 21. **População deficiente, 2007**

Grupos de Idade	População Total	Sem Deficiência	Com deficiência		
			Total	Física	Mental
Total	**100.0%**	**98.9%**	**1.1%**	**0.9%**	**0.2%**
0 - 14	100.0%	**99.6%**	0.4%	0.3%	0.1%
15 - 44	100.0%	**98.8%**	1.2%	0.9%	0.3%
45 e mais	100.0%	**96.9%**	3.1%	2.9%	0.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A tabela seguinte apresenta a distribuição percentual das 900 pessoas portadoras de deficiência, segundo a causa.

Quadro 22. **População portadora de deficiência, segundo a causa**

	TOTAL	Física	Mental
Total	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
À nascença	35.0%	30.6%	55.6%
Doença	50.5%	52.9%	38.9%
Minas/Guerra	1.9%	2.4%	0.0%
Serviço Militar	1.0%	1.2%	0.0%
Acidente de Trabalho	1.0%	1.2%	0.0%
Acidente de Viação	0.0%	0.0%	0.0%
Outras	10.7%	11.8%	5.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Tem existido coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Área da Criança

- Foram realizadas 91 visitas domiciliárias;
- 1242 crianças beneficiaram de registo de nascimento;
- Foram realizadas 12 palestras sobre os direitos de Crianças;
- Realizados Estudos Sociais;
- Criado o CACOV de Quirimba;
- Identificados e integrados 8 alunos com Necessidades Educativas Especiais; e
- 3064 Crianças foram vacinadas contra o Sarampo durante a 1ª e 2ª fases da semana Nacional de Saúde

Criança em Situação difícil

O distrito conta com um Centro nutricional aberto apoiado pela Fundação Ibo que apoia crianças com desnutrição leve a moderada, com idades compreendidas entre 6-59 meses em suplementação com papas enriquecidas. Durante o período foram atendidas 289 crianças provenientes de diversos pontos do distrito, das quais 35 abandonaram o programa e 45 tiveram alta. Foram, ainda, realizadas 128 visitas domiciliárias às casas onde vivem mães com crianças que tiveram alta, para além de 35 visitas às casas onde as crianças apresentaram baixa de peso.

Criança em Idade Pré escolar

O distrito conta com 6 Escolinhas, das quais 5 comunitárias apoiadas pela fundação Aga Khan e uma privada no restaurante Lodge, que acolhem crianças com idades compreendidas entre 3 a 5 anos. Na escolinha de Quirambo frequentam duas crianças órfãs. Durante o ano estiveram a estudar 161 crianças, das quais 93 raparigas e 68 rapazes. A fundação Aga Khan fornece Kits de alimentos a todas as Escolinhas.

Idosos

Beneficiaram do Programa de Subsídio Social Básico 494 idosos, estando a ser tramitados 14 Processos de integração neste mesmo Programa. Foram realizadas 14 palestras sobre o papel do idoso na Comunidade, realçando os direitos e os deveres que os idosos têm na Comunidade.

Pessoa Portadora de Deficiência

Durante o período, foram realizadas, no Posto Administrativo de Quirimba., 15 visitas domiciliárias a Pessoas Portadoras de Deficiência que necessitam de meios de compensação. Beneficiaram do Programa de Subsídio Social Básico 12 deficientes.

Foram atribuídos a 3 deficientes físicos (2 mulheres e 1 homem) meios de compensação (muletas) no Bairro de Rituto; identificados 41 deficientes; realizado um estudo Social de 3 deficientes para avaliação do seu grau de vulnerabilidade; realizadas 12 palestras sobre o direito das Pessoas Portadoras de Deficiência e o seu papel na sociedade. Nestas palestras participaram 63 pessoas, das quais 39 homens e 24 mulheres, tendo 8 alunos com NEE sido integrados nas escolas.

Tóxico dependentes, doentes crónicos e reclusos

Foram realizadas 4 visitas ao Comando Distrital da Polícia para verificar as condições de funcionamento da cadeia, que funciona em regime transitório. Durante a visita foram sensibilizados 5 reclusos. Foram, ainda, realizadas 3 palestras sobre o combate à droga, nas quais participaram 6 reclusos.

Doentes crónicos

Nesta área, foram identificados 379 doentes com HIV, todos do sexo feminino, dos quais 108 apresentam diversas doenças (hipertensão arterial, asma e diabetes) 266 HIV Sida e 5 sofrem de tuberculose. Foi realizada uma (1) palestra sobre a igualdade de direitos, 2 encontros com doentes crónicos (grupo de apoio), um (1) encontro sobre o uso do purificador de água "certeza" e outro sobre a Prevenção de Transmissão Vertical (PTV).

Órfãos

Durante o ano foram identificadas 333 crianças, dentre as quais 210 são Crianças Órfãs e Vulneráveis, sendo 67 raparigas e 143 rapazes, a necessitar de apoios diversos. Foi criado em Quirimba um Comité Comunitário de apoio à Criança Órfã e Vulnerável para protecção das mesmas.

Crianças em Situação difícil

Atendimento às Crianças em Situação difícil

PROGRAMA Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
Nº Crianças documentadas	10	0	1242
Nº Crianças reunificadas em famílias próprias	10	0	1232
Nº Crianças reunificadas em famílias substitutas	5	0	10
Nº Centros Abertos	2	0	1
Nº Crianças atendidas em Centros abertos	10	0	289
Nº Centros fechados	0	0	0
Nº Crianças atendidas em Centros fechados	0	0	0
Nº Infantários	2	0	0
Nº Crianças atendidas	15	0	0
Nº Crianças reinseridas na Comunidade	5	0	0

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Foram documentadas 1.242 crianças ao nível do distrito, tendo 289 Crianças sido atendidas em Centros abertos, 232 crianças foram reunificadas em famílias próprias e 200 em famílias substitutas.

Programa de Desenvolvimento Infantil

PROGRAMA Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
Nº Centros de MICAS	1	0	0
Nº Crianças atendidas nos Centros de MICAS	25	0	0
Nº Centros Privados	0	0	1
Nº Crianças atendidas nos Centros privados	0	0	16
Nº Escolinhas Comunitárias	1	0	5
Nº animadores	2	0	16
Nº Crianças atendidas	60	0	161

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

O Distrito conta com 6 Escolinhas, das quais 5 comunitárias e 1 privada que acolhem crianças de idades compreendidas entre 3 a 5 anos e leccionam aulas de inglês. As cinco Escolinhas são apoiadas pela fundação Aga Khan. Frequentam a escolinha de Quirambo duas crianças órfãs, ambas raparigas.

Durante o ano estudaram 161 crianças, sendo 93 raparigas e 68 rapazes.

Programa de apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência

PROGRAMA INDICADOR	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
Nº Centros de Acolhimento	0	0	0
Nº Deficientes atendidos	0	0	3
Nº Idosos atendidos	0	0	0
Nº Pessoas identificadas	50	0	41
Nº Pessoas acompanhadas	50	0	0
Nº Crianças integradas em Escolas	20	0	8
Nº Alunos especiais atendidos	10	0	8
Nº Activistas capacitados	10	0	12

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

O distrito não possui um Centro de Acolhimento para as Pessoas Portadoras de Deficiência, as quais são atendidas nas suas próprias casas, através de visitas domiciliárias. Foram atribuídos, a 3 deficientes, meios de compensação (muletas) de modo a permitir-lhes desenvolver as sua actividades, tendo, ainda, sido identificados e integrados nas escolas 8 alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Programa de Subsídio de Alimentos e Comida Pelo Trabalho

PROGRAMA Nº Beneficiários por grupo	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
Crianças mal nutridas	200	-	289
Mulheres grávidas mal nutridas	100	-	80
Idosos	594	-	494
Doentes crónicos	-	-	379
Deficientes	15	-	12
Mulheres chefes de família	-	-	0
Mães de Crianças mal nutridas	200	-	289
Mães chefes de família	-	-	0

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Durante o ano, 494 idosos beneficiaram do Programa Subsídio Básico Social, dos 594 planificados, o que corresponde a um cumprimento de 83.2%. Foram, igualmente, atendidos 12 deficientes dos 15 planificados (80%); 289 crianças malnutridas beneficiaram do apoio nutricional da Fundação Ibo; 80 mulheres grávidas tiveram apoio em papas enriquecidas; foram identificados 379 doentes crónicos e 289 mães com crianças malnutridas.

4.2.4.3 Género

O distrito tem uma população estimada de 11 mil habitantes - 6 mil do sexo feminino - sendo 8% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Tendo por língua materna dominante o *Kimwani*, 31% das mulheres do distrito com 5 ou mais anos de idade têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio mais acentuado nos homens (54%), dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 67%,
sendo de 34% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 42% nunca frequentaram a escola (no caso dos homens só 28% nunca estudaram) e 17% concluíram o ensino primário (no caso dos homens, 29% terminaram o primário).

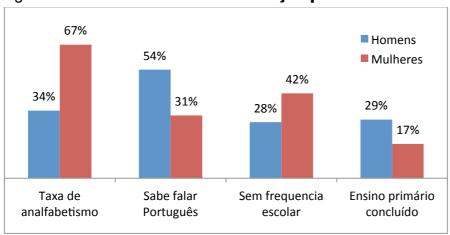



Figura 7. **Indicadores de escolarização por sexos**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No que diz respeito ao acesso a novas tecnologias também se verifica um desequilíbrio entre sexos, como se pode deduzir da tabela seguinte.

Quadro 23. **Uso de novas tecnologias (10 anos ou mais)**

	Número de pessoas que usou:		% de pessoas
	Computador	Internet	c/ Telemóvel
Total	0.5%	0.8%	8.7%
- Homens	0.9%	1.2%	14.1%
- Mulheres	0.1%	0.3%	3.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No tocante a actividade económica, de um total em 2012 de 6 mil mulheres, 3.200 estão em idade de trabalho (mais de 15 anos), das quais 1.500 são economicamente activas[16]. A população não economicamente activa de mulheres com 15 anos ou mais (52%) é constituída principalmente por senhoras domésticas (33%) e estudantes a tempo inteiro (9%). O nível da participação no trabalho das mulheres (48%) é bastante inferior ao dos homens (80%).

[16]Segundo recomendações internacionais, a PEA é considerada como a população que participa na actividade económica e que tenha 15 anos de idade e mais. Dito por outras palavras, a PEA compreende as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez.

Figura 8. **População (15 anos ou mais), segundo a actividade e sexo**

Trabalha, 63,4%
Doméstico(a), 18,4%
Só estuda, 8,8%
Trabalha, 80,0%
Doméstico(a), 3,2%
Só estuda, 8,7%
Trabalha, 48,2%
Doméstico(a), 32,5%
Só estuda, 9,0%
Total
Homem
Mulher

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição das mulheres economicamente activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 57% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- 22% são comerciantes, artesãs, ou empresárias; e
- As restantes 21% são, na maioria, trabalhadoras do sector de serviços, incluindo empregadas do sector comercial formal e informal.

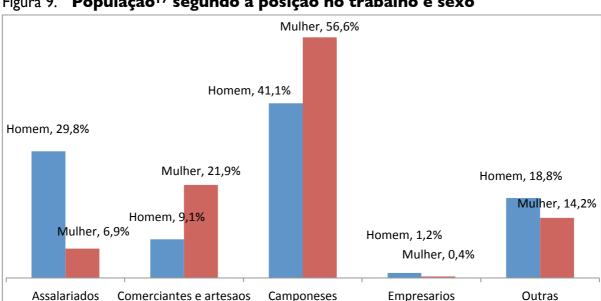



Figura 9. **População[17] segundo a posição no trabalho e sexo**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[17] Com 15 anos ou mais.

Área da Mulher

Existem 22 associações femininas, das quais uma foi reconhecida, encontrando-se os processos de legalização das restantes em tramitação junto à Administração. De referir que actividade mais praticada pelas mulheres é a poupança e a venda de flores, com apoio da AMA (Associação do Meio Ambiente).

Foram beneficiadas 27 mulheres com registo de nascimento e 41 mulheres foram capacitadas em matéria de higiene e educação nutricional.

Gabinete Jurídico de Mulher

Foram resolvidos 79 casos no Gabinete Jurídico da Mulher, e realizadas 10 palestras para disseminação da lei 29/2009 sobre a violência doméstica praticada contra a mulher.

Palestras de sensibilização sobre a violência doméstica

Foram realizadas 26 palestras sobre a violência doméstica, no Centro de Saúde e na Comunidade, tendo nelas participado 109 pessoas (50 mulheres e 59 homens).

Empoderamento da Mulher no distrito

O distrito de Ibo conta com mais de 3 mulheres funcionárias das quais desempenham funções de chefia em diversas instituições.

As mulheres deste distrito mostram-se capazes de desenvolver negócios e associações. Foi criado o Conselho Consultivo do distrito, do qual fazem parte 15 mulheres.

CDAM (Conselho Distrital para o Avanço de Mulher)

Durante o período, foi criado o Conselho Distrital para o Avanço de Mulher, do qual fazem parte 19 mulheres e 3 homens.

4.2.5 Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) elaborar propostas de Plano de Estrutura e de Ordenamento Territorial; (b) promover a construção de fontes de abastecimento de água potável bem como a gestão dos respectivos sistemas de abastecimento; (c) assegurar, em colaboração com outras entidades, a disponibilidade do sistema de fornecimento de energia eléctrica e a promoção do aproveitamento energético dos recursos hídricos e uso de energias renováveis; (d) assegurar a reabilitação, manutenção das estradas não classificadas, pontes e outros equipamentos de travessia; (e) promover a construção, manutenção e reabilitação de infraestruturas e edifícios públicos, bem como de valas de irrigação,

jardins públicos, infraestruturas desportivas e parques de estacionamento; (f) promover o uso da bicicleta e da tracção animal; (g) elaborar propostas de gestão ambiental; e (g) garantir a prestação dos serviços públicos tais como cemitérios, matadouros, mercados e feiras, limpeza e salubridade, iluminação pública, jardins campos de jogos e parques de diversão.

4.2.5.1 Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental

Gestão de riscos de calamidades naturais

O Distrito tem um comité de gestão de riscos de calamidades em todas zonas e que neste momento, a equipa está preparada para a qualquer altura responder o incidente que ocorrer. Não foram registados casos de calamidades Naturais.

Gestão de recursos naturais

No Distrito foram identificadas três zonas com problemas ambientais, a saber: Quirimba, Matemo e Vila sede.

Urbanização(Nr talhões marcados/m2)

Vilas	Plano	Nº de talhões Marcados (m)		Ind. Real %	T. Cresc
	2011	Real 2010	Real 2011		
Posto Sede do Ibo	108	0	**100**	92	0
Localidade de Matemo	3	0	**0**	0	0
Posto Administ.Quirimba	30	0	**0**	0	0
Distrito	141	0	**100**	92	0

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Foram demarcados 100 talhões, dos 141 planificados, o correspondente a uma realização 92% do plano.

Urbanização(Nr talhões concedidos/m2

Vilas	*Nº Talhões Concedidos (m)*			*Ind. Real %*	*T. Cresc%*
	Plano 2011	*Real 2010*	*Real 2011*		
Posto Sede	*100*	*5*	*64*	*64*	*118*
Localidade Matemo	*20*	*4*	*20*	*100*	*80*
Posto Ad. Quirimba	*30*	*3*	*30*	*100*	*90*
Distrito	*150*	*12*	*114*	*76*	*86*

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Foram concedidos a interessados, 114 talhões dos 150 planificados, o correspondente a uma realização de 76%, e a um crescimento em 86%,comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Planeamento Territorial

Indicador	Plano	Real	
	2011	2010	2011
Planos de estrutura	-	-	-
Planos parciais, uso e aproveitamento. de solo	1	0	1
Plano director	-	-	-

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

4.2.5.2 Infraestruturas

Programa de Saneamento do Meio

Foram construídas 474 latrinas das 474 planificadas, o que corresponde a uma realização de 100%. O distrito conta com um total de 1121 latrinas.

Estradas e Pontes

Reabilitação e Manutenção de Estradas e Pontes

Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011	Índice de Realiz 2011	Taxa de Cresci. % 2011-10
Reabilitação de Estradas terciárias (km)	0	0	0	0	0
Reabilitação de Estradas vicinais (km)	13 km	10 km	13 km	130	30
Manutenção Periódica (km)	0	0	0	0	0
Manutenção de rotina (km)	0	0	0	0	0
Manutenção Periódica e de Rotina (km) Contratos	0	0	0	0	0
Montagem de pontes metálicas (unidades)	0	0	0	0	0
Manutenção de pontes (unidades)	0	0	0	0	0
Reabilitação de pontes (unidades)	**4**	0	1	0	0

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Construção de Edifícios e Habitação

Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011	Ind.Realiz. 2011	Tx. Cresci. 2010/2011
Casas para funcionários	3	1	2	66	100
Edifícios	4	0	0	0	0
TOTAL	**7**	**1**	**2**	**28**	**100**

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Para 2011, foi planificada a construção de 3 casas para funcionários. Destas, apenas 2 obras estão em curso, não tendo a terceira sido iniciada por falta de fundos.

No que respeita aos edifícios, das 4 construções planificadas apenas 3 estão em execução, não tendo a quarta obra sido iniciada por falta de fundos.

4.3 Finanças Públicas e Investimento

O financiamento do funcionamento dos Governos Distritais e das funções para eles descentralizadas é assegurado por via de:

(i) Receitas próprias[18]que provém da comparticipação das receitas fiscais e consignadas ao nível Distrital e as correspondentes taxas, licenças e serviços cobrados pelo Governo Distrital; e

(ii) Transferências ou dotações orçamentais centrais para despesas correntes;

(iii) Transferências ou dotações orçamentais centrais para despesas de investimento (Fundo de Desenvolvimento Distrital, Fundo de Investimento em Infraestruturas);

(iv) Fundos Sectoriais Descentralizados, nomeadamente dos sectores de águas, estradas, educação e agricultura;

(v) Donativos provenientes de ONGs, cooperação internacional ou entidades privadas.

O Governo Distrital teve em 2011 a seguinte execução orçamental.

---

[18] Receitas próprias do distrito provenientes de serviços e licenças cobradas fora do território das autarquias locais são: (a) utilização do património público sob gestão do distrito; (b) ocupação e aproveitamento do domínio público e aproveitamento de bens de utilidade pública; (c) pedidos de uso e aproveitamento da terra nas áreas cobertas por planos de urbanização; (d) loteamento e execução de obras particulares; (e) realização de infraestruturas simples; (f) ocupação da via pública por motivo de obras e utilização de edifícios; (g) exercício da actividade de negociante e comércio a título precário; (h) ocupação e utilização de locais reservados nos mercados e feiras; (i) autorização de venda ambulante nas vias e recintos públicos; (j) aferição e conferição de pesos, medidas e aparelhos de medição; (k) autorização para o emprego de meios de publicidade destinados a propaganda comercial; (l) licenças de pesca artesanal marítima e em águas interiores; (m) licenças turísticas nos termos de legislação específica; (n) licenças para a realização de espectáculos públicos; (o) licenças de caça e abate; (p) licenças e taxas de velocípedes com ou sem motor; (q) estacionamento de veículos em parques ou outros locais a esse fim destinados; (r) utilização de instalações destinadas ao conforto, comodidade ou recreio público; (s) realização de enterros, concessão de terrenos e uso de instalações em cemitérios.

Constituem ainda receitas do distrito as taxas e tarifas por prestação dos serviços, nos casos em que os órgãos do distrito tenham sob sua administração directa, a prestação de serviço público: (a) abastecimento de água; (b) fornecimento de energia eléctrica; (c) utilização de matadouros; (d) recolha, depósito e tratamento de resíduos sólidos de particulares e instituições; (e) ligação, conservação e tratamento dos esgotos; (f) utilização de infra estruturas de lazer e gimno-desportivas; (g) utilização de latrinas públicas; (h) transportes urbanos; (i) construção e manutenção de ruas privadas; (j) limpeza e manutenção de vias privadas; (k) utilização de tanques carracicidas; (l) registos determinados por lei.

Quadro 24. **Execução orçamental (em '000 MT)**

Rubricas	2011
DESPESA TOTAL	**39.833**
Despesa corrente	22.121
- Despesas com pessoal	15.761
- Bens e serviços	6.358
- Outros gastos materiais	2
Despesa de Investimento	17.712
- Fundo de desenvolvimento distrital	7.805
- Fundo de investimentos em infraestruturas	9.907
- Fundos sectoriais descentralizados	s.i.

Fonte: Ministério das Finanças, Conta Geral do Estado, 2011.

No âmbito do investimento de iniciativa local (vulgo 7 milhões) o Governo Distrital implementou 52 projectos locais de desenvolvimento em 2011, dos quais 15 para produção de comida e 35 para geração de emprego e rendimento, tendo-se atingido uma taxa de reembolso de 7%.

Em 2011 foram criados pelos projectos do FDD 1.260 postos de trabalho, dos quais 931 fixos e 329 sazonais, contra 735 criados em 2010.

Fundo de Investimento em Infraestruturas

Reabilitação e Apetrechamento

Infraestrutura Equipamento Escolar	Unidades Existentes	
	2010	2011
Salas de Aula EP1 Material Convencional	24	24
EP1 Material Precário	6	6
Salas de Aulas EP2	8	8
Salas de Aulas ESG1	7	7
Casas de Professores	4	4

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Construção e Apetrechamento

Infraestrutura Equipamento Escolar	Unidades Existentes	
	2010	2011
Salas de Aula EP1 Material Convencional	24	24
EP1 Material Precário	6	6
Salas de Aulas EP2	8	8
Salas de Aulas ESG1	7	7
Casas de Professores	4	4

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

4.4 Justiça, Ordem e Segurança pública

Registo Civil e Notariado

PROGRAMA Indicador	Plano 2011	Real 2010	Real 2011	Índice. Realiz. 2010/11	% Cresc. 2010/11
REGISTO CIVIL					
Nascimentos					
Assento de nascimento	672	1610	2.077	309%	29%
Certidões					
Certidão para BI	400	272	326	81.5%	-12%
Não gratuitas	-	-	-	-	-
Cédulas pessoais	300	287	301	100.3%	5%
Actos não especificados	10	7	10	100%	43%
Processos					
Administrativo	5	3	5	100%	67%
Especial	2	1	0	0%	0%
Total	**1389**	**2180**	**2719**	**196%**	**25%**
NOTARIADO					
Reconhecimento. Ass. Presenc.	650	559	486	75%	-13%
Conferências de fotocópias	505	288	343	68%	19%
Procurações e sub – estabelecimentos	3	0	3	100%	100%
Total	**1158**	**847**	**832**	**72%**	**-2%**
Total R.C. e N.	**2547**	**3027**	**3551**	**139%**	**17%**

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Durante o período em análise, os Serviços de Registo Civil realizaram 2.719 actos, face aos 1.389 planificados, o que corresponde a uma realização de 196% e a um crescimento de 25%, comparativamente aos 2,180 actos de 2010.

Foi feito o registo gratuito de 1447 crianças financiado pela UNICEF, contra 1200 registos do ano 2010, o que representa um crescimento em 21%. Dos registos lavrados durante o período em análise, 446 foram lavrados no Ibo sede, incluindo o bairro anexo de Quirambo, 522 no Posto Administrativo de Quirimba e 479 na localidade de Matemo.

Foram realizados 832 actos, dos 1.158 planificados para a área de Notariado, que representa uma realização de 72%. Se compararmos com os 847 actos de igual período de 2010, houve um decréscimo de 2%.

Tribunais comunitários

O distrito possui 8 (oito) tribunais comunitários oficializados, que ainda não estão a funcionar por motivos organizacionais.

Manutenção da Ordem e Tranquilidade Públicas

Situação operativa

A PRM controlou e registou 12(doze) casos delitivos comuns, contra 31(trinta e um) de igual período de 2010, todos esclarecidos, cujas causas são: Ambição material; gosto de vida fácil alegando falta de emprego; consumo excessivo de bebidas alcoólicas e problemas passionais.

A operacionalidade da PRM durante o período em análise foi de 100%.

Resposta policial

Dos 12(doze) casos delitivos, todos foram devidamente esclarecidos, correspondendo a uma resposta policial de 100%.

Violência a mulher e criança

Foram registados 2(dois) casos de violência doméstica que foram resolvidos no Gabinete Distrital de Atendimento à Mulher e Criança.

Bens recuperados

Foram entregues aos seus legítimos proprietários.

Outras actividades

A PRM, durante o ano de 2011, havia planificado 12(doze) tarefas, das quais 11(onze) foram cumpridas e 1(uma) em cumprimento;

Foram realizados 16 (dezasseis) encontros com membros da PRM, além das formaturas matinais;

Foram revitalizados os fóruns e realizados 8(oito) encontros com os grupos de policiamento comunitário;

A PRM participou em todos os eventos promovidos pelo governo distrital;

O plano da PRM do Distrito priorizou a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas. Foram realizadas patrulhas, giros e diligências para busca e captura no Ibo Sede, Posto Administrativo de Quirimba, Localidade de Matemo e aldeia de Mussemuco que culminaram na captura de 4(quatro) cidadãos envolvidos em vários crimes.

Realizada a protecção a várias individualidades nacionais e estrangeiras em visita de trabalho ao Distrito, inclusive ao Chefe do Estado, Presidente Armando Emílio Guebuza.

Realizadas 12 (doze) visitas aos Postos policiais de Quirimba, Ndegane, Mussemuco e Matemo;

Garantida a segurança de pessoas e bens durante a visita do Chefe do Estado ao Distrito, de 5 a 6 de Junho do corrente ano;

Realizados 7 encontros com membros da PRM e participação em todas as sessões do Governo Distrital;

O Comando Distrital recebeu a visita do Procurador da Província de Cabo Delgado.

4.5 Constrangimentos e Perspectivas

No geral, de acordo com o Governo Distrital, são os seguintes os ***principais constrangimentos*** observados durante a governação dos últimos anos:

- Falta de áreas de pastagem para o gado bovino;
- Falta de insumos agrícolas;
- Conflitos entre criadores de bovinos e camponeses;
- Falta de fundos para funcionamento do grupo gerador que abastece de energia a Vila;
- Degradação progressiva das infraestruturas (Secretarias e residências);
- Falta de Laboratório de análises clínicas no Centro de saúde, o que implica constantes deslocações a Quissanga para o efeito;

- Falta de Médico, técnico cirúrgico para pequenas cirurgias (cesarianas);
- Falta de um técnico ou de pessoal formado na área de estomatologia;
- Recursos Humanos reduzidos;
- Falta de ambulância no Centro de Saúde;
- Aumento de casos de HIV/SIDA;
- Falta de transporte terrestre nos Serviços Distritais;
- Insuficiência de salas de aulas;
- Prevalência de conflitos Homem/Fauna Bravia em Mussemuco; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

As minas constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

No geral, de acordo com o Governo Distrital, as ***principais perspectivas*** são:

- Reforçar a estrutura administrativa do posto administrativo de Quirimba e da localidade Matemo;
- Mobilizar recursos financeiros para aquisição de uma ambulância para o Distrito;
- Intensificar acções de mobilização, com vista a reduzir os casos de HIV/SIDA;
- Mobilizar recursos financeiros para aquisição de uma nova viatura para a Administração e Serviços Distritais;
- Continuar a construir mais salas de aulas; e
- Reforçar as medidas de mitigação e prevenção do conflito Homem/Fauna bravia privilegiando o envolvimento das comunidades locais.

5 Actividade Económica

5.1 População economicamente activa

De um total em 2012 estimado de 11 mil habitantes, 6 mil estão em idade de trabalho (mais de 15 anos).

Quadro 25. **População segundo a condição de actividade**[19]

	Total	Homens	Mulheres
Total	**6,168**	**2,964**	**3,204**
Trabalhou	61.9%	78.0%	47.1%
Não trabalhou, mas tem emprego	0.4%	0.8%	0.1%
Ajudou familiares	1.1%	1.2%	1.0%
Procurava novo emprego	0.1%	0.1%	0.0%
Procurava emprego pela 1ª vez	0.2%	0.4%	0.0%
População economicamente activa [20]	63.7%	80.4%	48.2%
Doméstico(a)	18.4%	3.2%	32.5%
Somente estudante	8.8%	8.7%	9.0%
Reformado(a)	0.2%	0.2%	0.2%
Incapacitado(a)	2.3%	2.1%	2.4%
Outra	6.6%	5.5%	7.7%
População não activa	36.3%	19.6%	51.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Verifica-se que 64% da população de 15 anos ou mais (4 mil pessoas) constituem a população economicamente activa (PEA) do distrito. O nível da participação masculina na PEA é bastante superior à feminina: 80% contra 48%.

A população não economicamente activa (36%) é constituída principalmente por mulheres domésticas e estudantes a tempo inteiro.

[19]Referido a situação na semana anterior a realização do Censo 2007.

[20]Segundo recomendações internacionais, a PEA é a população que participa na actividade económica com 15 anos de idade e mais. A PEA compreende, pois, as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez. A análise da PEA que é apresentada nesta secção seguiu esta recomendação.

Figura 10. **População com 15 anos ou mais, segundo a actividade**

Outra
9%
Somente estudante
9%
Doméstico(a)
18%
Trabalhou
64%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição da população economicamente activa indica que 47% são camponeses por conta própria, na sua maioria mulheres. Cerca de 17% são pescadores. A percentagem de trabalhadores assalariados é de 21% da população activa e é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam 7% da população activa feminina e 30% no caso dos homens).

Quadro 26. **População activa[21], ocupação e ramo de actividade, 2007**

RAMOS DE ACTIVIDADE	TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL							
		Assalariados				Comerciantes &	Trabalhadores	Empresário	Outras e
		Total	Técnicos	Operários	Serviços	Artesãos	Camponeses	Patrão	desconhecido
Total	**100.0%**	**20.7%**	**3.9%**	**4.5%**	**12.4%**	**14.2%**	**47.2%**	**0.9%**	**17.0%**
- Homens	100.0%	29.8%	5.2%	6.3%	18.2%	9.1%	41.1%	1.2%	18.8%
- Mulheres	100.0%	6.9%	1.9%	1.6%	3.4%	21.9%	56.6%	0.4%	14.2%
Agricultura, silvicultura e pesca	**100.0%**	**7.1%**	**0.0%**	**0.0%**	**7.0%**	**0.0%**	**72.4%**	**0.7%**	**19.8%**
Indústria, energia e construção	**100.0%**	**93.2%**	**0.9%**	**0.9%**	**91.5%**	**0.0%**	**0.0%**	**0.0%**	**6.8%**
Comércio, Transportes Serviços	**100.0%**	**34.4%**	**13.8%**	**15.8%**	**4.8%**	**51.0%**	**0.1%**	**1.5%**	**12.9%**

[1] Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[21]Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Figura 11. **População activa, segundo a ocupação principal**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição segundo o ramo de actividade reflecte que a actividade dominante no distrito é agrária, que ocupa 65% da população activa do distrito. O comércio e outros serviços tem tido uma importância crescente, ocupando já 28% da população activa do distrito.

Quadro 27. **População activa[22], ocupação e ramo de actividade, 2007**

RAMOS DE ACTIVIDADE	TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL							
		Assalariados				Comerciantes e Artesãos	Trabalhadores Camponeses	Empresário Patrão	Outras e desconhecido
		Total	Técnicos	Operários	Serviços				
Total	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
- Homens	60.4%	86.8%	80.8%	85.8%	89.0%	38.9%	52.6%	82.8%	67.0%
- Mulheres	39.6%	13.2%	19.2%	14.2%	11.0%	61.1%	47.4%	17.2%	33.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	65.2%	22.4%	0.8%	0.7%	37.1%	0.2%	99.9%	51.7%	76.0%
Indústria, energia e construção	7.1%	31.7%	1.5%	1.4%	52.2%	0.0%	0.0%	0.0%	2.8%
Comércio, Transportes Serviços	27.7%	45.9%	97.7%	98.0%	10.7%	99.8%	0.1%	48.3%	21.1%

[1] Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[22]Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

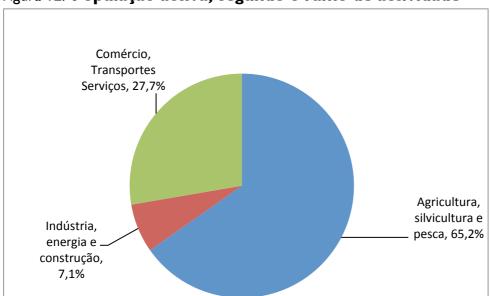



Figura 12. **População activa, segundo o ramo de actividade**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

5.2 Pobreza e Segurança Alimentar

Este distrito apresenta uma forte redução no Índice de Incidência da Pobreza[23] desde um nível de 56% em 1997 para 37% no ano de 2007[24].

Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem a níveis de segurança alimentar de risco, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, consequentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

---

[23]O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount índex*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

[24]Relatório da Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional - Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, Outubro de 2010(District Poverty Maps for Mozambique: 1997 and 2007Based on consumption adjusted for calorie underreporting).

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

5.3 Infraestruturas de base

Sendo um distrito insular, Ibo só é acessível por via aérea ou marítima. Existe transporte marítimo de passageiros e mercadorias entre as ilhas e a cidade de Pemba, com uma frequência de duas a três vezes por semana, sendo feito em barcos motorizados e à vela. Existe nas ilha uma pista de aterragem, sendo frequente virem pequenos aviões ao distrito.

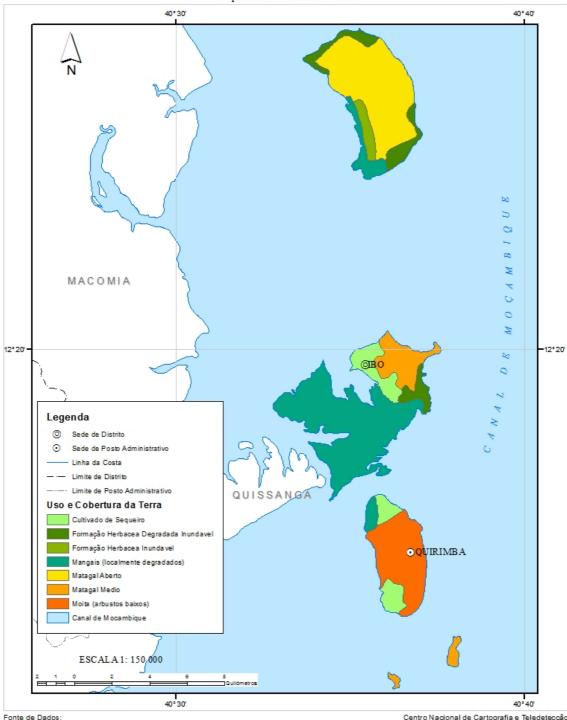
Em termos de telecomunicações, existem ligações telefónica (rede fixa e móvel), por telégrafo e via rádio. Existem no distrito 7 aparelhos tele-rádio e 19 telefones fixos.

Existem 53 poços operacionais com bombas manuais e 7 avariados. Este número de fontes permite o abastecimento de água à população em cerca de 86%.

Existem no distrito 20 painéis solares.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infraestruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

5.4 Uso e Cobertura da Terra

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares.

40°30' 40°40'
12°20' 12°20'

N

MACOMIA

QUISSANGA

IBO

QUIRIMBA

CANAL DE MOÇAMBIQUE

Legenda

- Sede de Distrito
- Sede de Posto Administrativo
- Linha da Costa
- Limite de Distrito
- Limite de Posto Administrativo

Uso e Cobertura da Terra

- Cultivado de Sequeiro
- Formação Herbacea Degradada Inundavel
- Formação Herbacea Inundavel
- Mangais (localmente degradados)
- Matagal Aberto
- Matagal Medio
- Moita (arbustos baixos)
- Canal de Mocambique

ESCALA 1: 150,000

2 1 0 2 4 6 8 Quilómetros

40°30' 40°40'

Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada -CENACARTA-1999
Aldeia - INE_2007

Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com

Ibo

Quadro 28. **Uso e Cobertura da Terra**

Classe	Área Ha	PCT(%)
Cultivado Sequeiro	427.88	5.77
Solo Sem Vegetação	80.3	1.08
Formação Herbácea Inundável	165.36	2.23
Mangais (localmente degradados)	2614.37	35.26
Formação Herbácea Degradada Inundável	486.84	6.57
Formação Herbácea	60.18	0.81
Moita (arbustos baixos)	1361.01	18.36
Matagal Médio	1292.07	17.43
Matagal Aberto	925.49	12.48
Oceano	0.63	0.01
TOTAL	**7414.11**	**100.00**

Fonte: Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção (CENACARTA).

A restante informação desta secção[25] foi extraída dos resultados do Censo Agropecuário realizado pelo INE em 2009/10 e tem por objectivo descrever os traços gerais que caracterizam a base agrícola do distrito.

O distrito possui cerca de 1.400 explorações agrícolas com uma área média é de 0.4 hectares, sendo 56% ocupadas com a exploração de culturas alimentares.

Figura 13. **Explorações segundo a sua utilização**

	Total	Com culturas alimentares	Com árvores de fruta
%	100,0%	55,8%	57,6%

Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agropecuário, 2009-2010

Com um grau de exploração familiar dominante, 86% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare.

[25]Apesar das reservas a colocar na representatividade dos dados ao nível distrital, a sua análise permite observar tendências e os principais aspectos estruturais.

Figura 14. **Explorações por classes de área cultivada**

Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agropecuário, 2009-2010

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável o homem da família, apesar de na maioria dos casos ser explorada por mulheres a trabalharem sozinhas ou com a ajuda das crianças da família. A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares.

5.5 Sector Agrário

5.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

A agricultura é a segunda actividade principal do distrito, a seguir à pesca.

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

É dominada pelo sistema de produção baseado na cultura da mandioca, consociada com leguminosas de grão como o feijão nhemba e o amendoim.

O arroz de sequeiro é a cultura produzida nas planícies aluvionares dos principais rios que drenam a costa e planícies estuarinas, sendo normalmente produzidos em bacias de inundação preparadas para o efeito. Há ainda a referir a importância do coqueiro e do cajueiro no sistema de produção da zona costeira, quer como um produto que garante a segurança alimentar ou como fonte de rendimento para as famílias rurais.

O sistema agro-silvícola do caju é talvez o mais representativo. A consociação mais importante do caju, compreende culturas como a mandioca e milho, seguindo o padrão tradicional de rotação e pousio de médio e longo prazo, dependendo bastante da idade dos cajueiros e sua produtividade. O coqueiro apresenta um distribuição mais limitada para o interior. Praticamente toda a zona da mandioca fica dentro da zona do cajueiro.

Quadro 29. **Produção agrícola, por principais culturas: 2010-2012**

Principais Culturas	Campanha 2009/2010		Campanha 2010/2011		Campanha 2011/2012	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	150	195	150	197	150	8,7
Arroz	15	18	15	8	15	15,4
Mapira	20	24	20	10,5	20	18,7
Feijões	62	11	62	23	62	22.5
Mandioca	52	-	75	0	79	188,4
Madjimbi	0	144	0	166	-	-
Batata-doce	123	181	108	184	102	108
Hortícolas	5	-	5,5	-	5	-
TOTAL DO DISTRITO	**431,8**	**576**	**436**	**588,5**	**433**	**440**

Fonte: SDAE

5.5.2 Pecuária, Pescas, Florestas e Fauna bravia

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infraestruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário, o que também se fica devendo a um melhor controlo da doença de Newcastle nas galinhas e do carbúnculo e tuberculose no gado bovino.

Quadro 30. **Efectivo Pecuário**

Espécies	Real 2010	Real 2011
Bovinos	425	398
Ovinos	469	375
Caprinos	4.015	3.954
Galinhas	4.346	4.859
Patos	458	419
Canina	54	58
Gatos	198	147
Total	**9.965**	**10.210**

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Sendo o distrito insular, a pesca é, naturalmente, uma das actividades principais e uma das mais significativas fontes de rendimento das famílias locais. O pescado constitui uma suplemento dietético importante para as famílias.

Quadro 31. **Produção Pesqueira**

Indicador	Quantidades (Toneladas)		
	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
Peixe de Mar Aberto	290	294,5	295
Camarão	5	3	3,5
Caranguejo	14	17	18,5
Lulas	9	11	9,5
Polvo	56,5	35	43
Lagosta	3	1,5	1,9
Holuturia	8	12	10,5
Ostras	12	15	14
Total	**397,5**	**389**	**395,9**

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

O crescimento deveu-se ao facto do IDPPE ter alocado duas embarcações a motor a dois praticantes de pesca a mar aberto.

Quadro 32. **Comercialização do Pescado**

Indicador	Quantidades (Toneladas)		
	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
Peixe em mar aberto	260	267	285
Camarão	3	2	3
Caranguejo	13	12	16
Lulas	7	9	8
Polvo	35	31	42

Indicador	Quantidades (Toneladas)		
	Plano 2011	Real 2010	Real 2011
Lagosta	1	1,5	1,9
Holuturia	12	12	10,5
Ostras	9	8	11
Total	**340**	**342,5**	**377,4**

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Este aumento deveu-se à introdução da prática de pesca a mar aberto e à disponibilidade de embarcações a motor.

As árvores mais relevantes do distrito são as espécies de mangal e o coqueiro. Existem também algumas fruteiras, nomeadamente ateiras, goiabeiras, mangueiras, limoeiros, laranjeiras e papaieiras. O produto de árvore mais importante para comercializar é o coco, vendido a comerciantes de Pemba e Montepuez que vêm ao distrito adquiri-lo. As árvores são importantes para as famílias como fonte de material de construção e de energia. O distrito apresenta já sinais de desflorestamento e de erosão.

Quadro 33. **Exploração Florestal**

Indicador	**Real 2010**	**Real 2011**
Carvão (sacos)	10.666	10.925
Lenha (esteres)	11.709	12.348
Estacas (esteres)	4900	4980

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

A fauna bravia, por seu lado, é irrelevante em termos alimentares, turísticos e comerciais. No distrito de Ibo não há animais selvagens de grande porte.

5.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Quadro 34. **Parque Industrial**

Indicador	**Real 2010**	**Real 2011**
Nº de unidades Moageiras	3	3
Nº de unidades de Serrações	1	1
Nº de Carpintarias	1	1

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Quadro 35. **Produção Industrial**

Indicador	Real 2010	Real 2011
Farinha de Milho (ton)	9	9,5
Pão (Unidades)	1,590.980	1.668.589
Mobiliário (Contos)	789.578	689.920

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Os principais mercados com os quais o distrito de Ibo tem ligações são a capital provincial (Pemba), Montepuez, Nampula e a Tanzânia, de onde vêm comerciantes para adquirir os produtos locais, principalmente cocos e peixe.

Quadro 36. **Rede Comercial**

Indicador	**Real 2010**	**Real 2011**
Barracas	97	94
Mercados	3	3
Feiras	1	1

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

Foram licenciadas 35 barracas e no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Distrital, foram financiados 3 projectos de comércio. O comércio informal é o mais activo no distrito. O comércio ambulante é uma actividade principalmente dos homens, enquanto que às mulheres está reservado o fabrico e venda de pão e de doces locais.

O distrito conta com vários complexos turísticos. Existem, ainda, a fortaleza de São João e os Fortins na Vila do Ibo.

Quadro 37. **Estabelecimentos Turísticos**

Indicador	**Real 2010**	**Real 2011**
Nº de Estabelecimento Turísticos	**7**	**8**
Casa de Hóspedes	1	1
Nº de Hóspedes Nacionais	489	496
Nº de Hóspedes Estrangeiros	1.028	1.098
Nº Camas	53	58
Nº Dormidas	3.098	3.288
Nº de Restaurantes	5	6

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

6 Visão e Estratégia de Desenvolvimento Local

Este capítulo tem como base as conclusões do PEDD - Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital.

6.1 Visão

"Ibo, paraíso turístico e património histórico e cultural mundial."

6.2 Problemas e Potencialidades

ÁREA	PROBLEMAS	POTENCIALIDADES
ECONÓMICA E INFRA-ESTRUTURAS	▪ Falta de material de pesca ▪ Falta de lojas de venda de insumos pesqueiros ▪ Fraco controlo dos recursos dentro do Parque das Quirimbas ▪ Falta de fiscalização dos produtos por parte do comércio ▪ Fraco relacionamento entre os proprietários dos grandes complexos turísticos e a comunidade ▪ Invasão de pescadores de outras zonas que não obedecem as normas locais de pesca ▪ Fraco cumprimento dos acordos firmados entre a Administração do Parque e Comunidade ▪ Falta cumprimento dos acordos firmados entre a Administração do complexo Quilalea e Comunidade ▪ Insuficiência de meios de transporte e comunicações ▪ Fraco investimento para restauração das infraestruturas locais ▪ Falta de emprego ▪ Aumento de casos de HIV/SIDA ▪ Erosão costeira ▪ Queimadas descontroladas	▪ Existência de recursos marinhos ▪ Existência de belas praias e Instancias turísticas de qualidade ▪ Existência de comerciantes ▪ Existência de homens e mulheres com a capacidade de trabalhar ▪ Existência de barracas ▪ Existência de um palmar que produz copra ▪ Existência de gado bovino e caprino ▪ Existência de uma zona de conservação de recursos marinhos ▪ Produção de carne e leite ▪ Promoção de emprego através do turismo ▪ Afluência de turistas na zona que compram produtos locais ▪ Existência de terras aráveis ▪ Existência de Recursos Humanos ▪ Existência de Mangal

ÁREA	PROBLEMAS	POTENCIALIDADES
SOCIAL	▪ Insuficiência de recursos financeiros ▪ Insuficiência de professores ▪ Insuficiência de pessoal de saúde ▪ Falta de maternidade em Quirimba ▪ Desistência da rapariga nas escolas ▪ Desistência de rapazes nas escolas para se dedicarem a tempo inteiro na pesca ▪ Aumento de casos de HIV/SIDA ▪ Erosão costeira ▪ Usos e praticas tradicionais nocivas às comunidades ▪ Casamentos prematuros ▪ Presença de estrangeiros que violam os hábitos e costumes culturais locais	▪ ▪ Existência de um hospital ▪ Existência de uma escola secundária ▪ Existência de professores ▪ Existência de associações culturais ▪ Existência de fontes de abastecimento de água ▪ Existência de pessoal de Saúde ▪ Existência de ONGs ▪ Distribuição gratuita do material escolar ▪
GOVERNAÇÃO	▪ Existência de Recursos Humanos não qualificados ▪ Falta de secretaria na Localidade de Matemo ▪ Falta de residência oficial do chefe do Posto de Quirimba ▪ Fraca cobrança de receitas diversas ▪ Falta de polícia Comunitária na sede do distrito ▪ Falta de tribunais Comunitários ▪ Falta de Posto da PRM em Quirimba ▪ Falta de Tribunal Distrital ▪ Fraco auto -estima por parte dos servidores públicos ▪ Existência de casos de corrupção ▪ Fraca coordenação entre os líderes comunitários ▪ Aumento de casos de HIV/SIDA	▪ Existência de Recursos Humanos ▪ Existência de uma Administração ▪ Existência de Conselho Consultivo ao nível das localidades, Postos e Distrito ▪ Existência de Líderes comunitários ▪ Presença de ONGs, como AMA, Aga Khan e AMODER. ▪ Formação dos Recursos Humanos ▪ Cobrança de Receitas ▪

6.3 Objectivos estratégicos

6.3.1 Área Económica e Infraestruturas

Objectivo estratégico: Garantir a satisfação das necessidades básicas das comunidades através do aumento da renda familiar.

Nesta área serão priorizados os seguintes eixos de intervenção:

- Pesca e agropecuária
- Turismo
- Pequena indústria de processamento e conservação

O distrito de Ibo dispõe-se de grandes potencialidades na área do turismo, dada sua localização e disponibilidade da reserva e parque Nacional das Quirimbas e Aeródromos que são condições atractivas para o desenvolvimento de actividades turísticas. Portanto, propõe se potenciar este vector com o envolvimento das comunidades locais e incentivar o empresariado local a tirar maior benefícios resultantes do potencial turístico do distrito.

Uma vez identificados os principais vectores de desenvolvimento económico, eis o conjunto de objectivos específicos que o distrito se propõe alcançar nos próximos 5 anos:

Objectivos Específicos	Estratégias de Implementação
1.1 Elevar os níveis de produção e produtividade pesqueiro e agropecuário	▪ Promoção de créditos para a pesca e agropecuária ▪ Garantir o acesso aos insumos de pesca e sistemas de conservação. ▪ Capacitação das famílias em técnicas de agricultura sustentável e criação de animais ▪ Incentivar o uso da semente melhorada. ▪ Promoção do fomento pecuário
1.2 Promover a prática do turismo responsável e sustentável nas comunidades	▪ Capacitação das comunidades no aproveitamento das oportunidades que o turismo oferece ▪ Conservação de locais turísticos ▪ Atracção de investimentos para turismo ▪ Financiamento de projectos de investimento de iniciativa local ▪ Elaboração de um mapa Turístico ▪ Criação de centros turísticos de acomodação e recreação

Objectivos Específicos	Estratégias de Implementação
1.3 Garantir o acesso aos meios de transporte marítimo e comunicações de qualidade a baixo custo	▪ Criação de condições adequadas para o transporte marítimo de carga e passageiros ▪ Introdução de meios de comunicação acessível
1.4. Melhorar a comercialização Pesqueira	▪ Incentivar a realização e participação em feiras ▪ Incentivar o associativismo na comercialização pesqueira e busca de novos mercados ▪ Criar parcerias para o melhoramento da via Quissanga- Tandanhangue
1.5 Garantir a exploração sustentável do recurso naturais	▪ Reforçar a colaboração com o Parque Nacional das Quirimbas ▪ Sensibilização das comunidades sobre os perigos da erosão e queimadas descontroladas ▪ Mitigar os efeitos da erosão
1.6 Promover e garantir a instalação de indústrias de processamento do pescado e da copra produzida no palmar de Quirimba	▪ Renovação do palmar de Quirimbas ▪ Instalação de unidades Industriais (conservação e processamento)
1.7 Melhorar a qualidade de água consumida nas comunidades	▪ Construção de PSAA ▪ Aumento de fontes de abastecimento de água com base na Nova Política Nacional de água ▪ Sensibilização da população para captação da água através de caleiras ▪ Conservação dos poços e furos comunitários
1.8 Melhorar a rede de energia eléctrica e promover o uso de painéis solares	▪ Melhorar a rede de extensão e abastecimento da energia eléctrica ▪ Criação de parcerias para obtenção e manutenção de painéis solares
1.9 Garantir a conservação dos edifícios públicos e monumentos históricos e culturais	▪ Criação de um plano de restauração e manutenção de monumentos e locais históricos
1.10 Garantir o planeamento e ordenamento territorial	▪ Elaboração e implementação do Plano de Urbanização da vila do Ibo ▪ Elaboração e implementação de um plano de uso de terra
1.11 Garantir a conservação das zonas protegidas e saneamento do meio	▪ Levantamento das zonas protegidas ▪ Consciencialização das comunidades sobre a importância dos assuntos ambientais ▪ Construção de latrinas ecológicas e melhoradas
1.12 Fortalecer a capacidade institucional dos Serviços Distritais	▪ Afectação de pessoal qualificado e especializado ▪ Garantia de meios de funcionamento

6.3.2 Área Social e Cultural

Objectivo estratégico: Melhorar a qualidade de prestação de serviços sociais através da expansão e formação do capital humano.

O desenvolvimento de uma sociedade humana passa necessariamente por definição de acções para a expansão dos serviços sociais prestados aos cidadãos com qualidade, equidade de género e equilíbrio regional, dos quais o acesso a Educação, a cuidados primários de saúde, assistência aos grupos mais desfavorecidos e disponibilização de água potável e saneamento do meio.

Eis um conjunto de objectivos específicos a serem alcançados nos próximos cinco anos na área social.

Objectivos Específicos	Estratégias de Implementação
2.1 Melhorar a rede sanitária	▪ Reforço em recursos humanos qualificados, medicamentos e equipamento nas unidades sanitárias ▪ Reforço de campanhas de saúde, com ajuda de brigadas móveis ▪ Aumento do número de unidades sanitárias
2.2 Reduzir a taxa de mortalidade materno -infantil.	▪ Melhorar o acompanhamento e aconselhamento das famílias na educação para a saúde ▪ Sensibilização da população para aderência aos serviços de saúde público, principalmente as mães grávidas ▪ Garantir a vacinação da criança e da mãe grávida
2.3 Atender e proteger os grupos populacionais em situação difícil	▪ Expansão dos programas de protecção social
2.4 Reduzir a taxa do analfabetismo de 74 para 50% em 2013	▪ Potenciar e incentivar a alfabetização e educação de adultos, ensino primário, secundário geral e técnico. ▪ Criação de programas de bolsas de estudo
2.5 Garantir o acesso a escolarização universal de qualidade	▪ Consolidar o programa de Apoio Directo às escolas ▪ Aumentar o n.º do pessoal docente qualificado ▪ Aumentar o n.º de salas de aulas
2.6 Promover a massificação da prática Desportiva.	▪ Apoiar as iniciativas locais na recuperação e criação de campos Desportivos ▪ Incentivar o movimento associativo para a prática do desporto, em particular o futebol 11 e atletismo

Objectivos Específicos	Estratégias de Implementação
2.7 Promover a valorização do património Cultural e Histórico	▪ Promoção de festivais culturais ▪ Conservação e divulgação dos locais Históricos ▪ Preservação de valores culturais
2.8 Garantir a prevenção e mitigação das calamidades.	▪ Assegurar o aviso prévio de aproximação de calamidades ▪ Identificação dos locais propensos a inundações
2.9 Disseminar os métodos de prevenção do HIV/SIDA em línguas locais	▪ Produção de material e promoção de activistas comunitários na área do HIV/SIDA ▪ Expansão do programa de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, em particular nas escolas ▪ Prevenção da transmissão vertical do HIV/SIDA
2.10 Promover a protecção ambiental	▪ Promoção de programas de plantio de árvores de sombra e de fruta nas escolas e comunidades ▪ Promoção da higiene e limpeza pessoal e colectiva nas comunidades.

6.3.3 Área da Governação

Objectivo estratégico: Melhorar o desempenho e a qualidade de prestação dos serviços públicos às comunidades, de forma eficiente e eficaz, através da valorização do capital humano.

A Governação é um dos elementos de extrema importância no processo de Desenvolvimento Distrital. A Boa Governação significa bom funcionamento das Instituições do Estado, capacidade de aproximar os serviços aos cidadãos, a inclusão de formas participativas na administração pública e a valorização de instrumentos tradicionais na resolução de conflitos.

Constituem questões cruciais desta área as seguintes:

- Combate a corrupção;
- Assegurar a eficiência e responsabilidade dos agentes do Governo;
- Boa utilização do património do Estado;
- Garantir o registo e controlo na cobrança de Impostos;
- Cumprimento das leis vigentes.

Eis o conjunto de objectivos específicos a serem alcançados nos próximos cinco anos na área da governação.

Objectivos Específicos	Estratégias de Implementação
3.1 Reduzir a burocracia e aumentar a transparência na gestão pública	▪ Profissionalização dos funcionários públicos ▪ Disseminar a Legislação vigente às Comunidades, ▪ Cumprimento integral e efectivo da Legislação em vigor ▪ Prestação de contas a todos os níveis
3.2 Garantir boas condições de funcionamento ao nível das infraestruturas na sede do distrito, Posto Administrativo e Localidades.	▪ Reabilitar as infraestruturas públicas existentes ▪ Construir novas infraestruturas em locais extremamente necessários ▪ Criação de um programa sustentável de manutenção das infraestruturas ▪ A locação de Equipamentos e meios de funcionamento
3.3 Melhorar a gestão de recursos humanos	▪ Capacitar e elevar o nível profissional e académico dos funcionários existentes ▪ Criação de incentivos para atrair técnicos profissionais. ▪ Garantir o alojamento e melhores condições de trabalho de funcionários e agentes do Estado
3.4 Operacionalizar os Conselhos Consultivos a todos os níveis	▪ Revitalizar e capacitar os Conselhos Consultivos a todos níveis ▪ Alfabetizar os membros dos Conselhos Consultivos a todos os níveis
3.5 Garantir o correcto funcionamento e abrangência dos Serviços de Registo e Notariado	▪ Criação de brigadas móveis de registo para PA, Localidades e Aldeias ▪ Mobilização e sensibilização das comunidades para efectivação de actos de registo das famílias
3.6 Aumentar a eficiência e celeridade na provisão de serviços de justiça às populações	▪ Consolidar e capacitar os tribunais comunitários ▪ Prestação de apoio jurídico as populações
3.7 Garantir a segurança e tranquilidade pública	▪ Capacitar os agentes policiais públicos e comunitários ▪ Aumento do efectivo policial ▪ Providenciar infraestruturas e meios de funcionamento da polícia ▪ Consolidar o policiamento comunitário
3.8 Reforçar o combate à corrupção	▪ Tomada de medidas aos envolvidos em actos de corrupção a todos níveis ▪ Reforço das acções do Fórum anticorrupção ▪ Incentivar a denúncia de actos de corrupção
3.9Assegurar a observância dos direitos da pessoa infectada e afectada pelo HIV/SIDA	▪ Divulgação da Lei que protege a pessoa infectada pelo HIV/SIDA ▪ Incentivar a criação de núcleos de combate ao HIV/SIDA junto dos serviços e comunidades

Objectivos Específicos	Estratégias de Implementação
3.10 Garantir o registo e controlo na cobrança de taxas e impostos	▪ Consolidar o envolvimento dos Líderes Comunitários na cobrança de impostos nas comunidades garantindo a devolução dos 5% para os intervenientes ▪ Combater a fuga ao fisco ▪ Monitoria do SISRECORE
3.11 Dinamizar o estabelecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	▪ Incentivar a implantação de Telecentros ▪ Incentivar e negociar de modo que a telefonia fixa e móvel abranja a totalidade do Distrito

Referências documentais

- Balanço do Plano Económico e Social Durante o Ano de 2010, *Governo Distrital.*

- Balanço do Plano Económico e Social Durante o Ano de 2011, *Governo Distrital.*

- CENACARTA - http://www.cenacarta.com

- Conta Geral do Estado 2011 e 2010 – *Ministério das Finanças, Direcção Nacional do Orçamento.*

- District Poverty Maps for Mozambique: 1997 and 2007 - Based on consumption adjusted for calorie underreporting - *Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas.*

- Estrutura Tipo do Governo Distrital - Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril.

- Fichas estatísticas para o perfil distrital – *Serviços Distritais*

- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agropecuário, 2009-2010*.

- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 2007*.

- Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março.

- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares.*

- Ministério da Saúde, *Estatísticas da Saúde.*

- Perfil Distrital de 2005, *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional da Administração Local.*

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital, *Governo Distrital* (Plano para cinco anos)

- Regulamento da Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março.

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2010, *Governo Distrital.*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *Governo Distrital.*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDAE*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDPI*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDSMAS*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDEJT*

- Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional *(Outubro de 2010), Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas.*

- Revista de Marketing Territorial – *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural.*